



## **DIVULGAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS**

4º TRIMESTRE DE 2021

2021

## **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense**

### **Diretoria de Administração Orçamentária Financeira**

Vitor Bastos Tostes

### **Coordenação de Contabilidade**

Lilia Lourenço Ramos Rocha

### **Equipe Técnica**

Elaine dos Santos Souza

Gisele Aquino Gomide Tramont

Irenice Aparecida Nunes de Sousa Deodato

Juliana de Souza Alves Fingolo

Dayana da Silva Barreto

### **Informações**

Telefone: (22) 2737-5614

Correio eletrônico: [financeiro.reitoria@iff.edu.br](mailto:financeiro.reitoria@iff.edu.br);

Disponível em: [http://portal1.iff.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/copy\\_of\\_demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas](http://portal1.iff.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/copy_of_demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas)

Última alteração: 26/01/2022

## Sumário

### Sumário

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das práticas contábeis .....	17
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis .....	17
3 - Caixa e Equivalente de Caixa .....	19
4 – Créditos a Curto Prazo .....	20
6 – Provisões .....	23
7 - Ativo Não Circulante.....	23
8 – Intangível .....	27
9 – Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo .....	28
10 – Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo .....	28
11 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	31
12 – Precatórios .....	31
13 – Resultados Acumulados.....	32
14 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	32
15 – Obrigações Contratuais.....	32
16 – Resultado Patrimonial .....	35
17 – Resultado Orçamentário.....	38
20 - Execução Orçamentária RNPP – Por categoria Econômica e Grupo de Despesa.....	42
21 – Resultado Financeiro.....	44
22 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa .....	51

### Lista de Siglas

<b>Sigla</b>	<b>Descrição</b>
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CCONT	Coordenação de Contabilidade
DCON	Demonstrações Contábeis
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência, Educação e Tecnologia Fluminense
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
NBC	Normas Brasileira de Contabilidade
NBCASP	Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Notas Explicativas
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Lançamento do Sistema
PCASP	Plano de Contas Aplicada ao Setor Público
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SIADS	Sistema Integrado de Administração e Serviços do Governo Federal
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TED	Termo de Execução Descentralizada
UG	Unidade Gestora
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas

## Lista de Tabelas

- Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa
- Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo
- Tabela 3 – Estoques
- Tabela 4 – Imobilizado - Composição
- Tabela 5 – Bens Móveis - Composição
- Tabela 6 – Bens Imóveis - Composição
- Tabela 7 – Bens de Uso Especial - Composição
- Tabela 8 – Intangível - Composição
- Tabela 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar
- Tabela 10 – Fornecedores a Pagar - Composição
- Tabela 11 – Fornecedores a Pagar por Ug Contratante
- Tabela 12 – Fornecedores a Pagar por Fornecedores
- Tabela 13 – Demais Obrigações a Curto Prazo
- Tabela 14 – Precatórios a Curto Prazo
- Tabela 15 – Obrigações Contratuais - Composição
- Tabela 16 – Obrigações Contratuais – por UG Contratante
- Tabela 17 – Obrigações Contratuais – por Contrato
- Tabela 18 – VPA X VPD
- Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas
- Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas
- Tabela 21 – Receitas Próprias realizadas
- Tabela 22 – Comparativo de Despesas Executadas 2020/2021
- Tabela 23 – Execução das Despesas Orçamentárias
- Tabela 24 – RPNP Inscritos e re-inscritos
- Tabela 25 – Execução do RPNP por Categoria Econômica
- Tabela 26 – Execução do RPNP por Grupo de Despesa
- Tabela 27 – Execução do RPP por Categoria Econômica
- Tabela 28 – Execução do RPP por Grupo de Despesa
- Tabela 29 - Receitas Orçamentárias
- Tabela 30 - Transferências Financeiras por fonte de recursos
- Tabela 31 - Despesas Orçamentárias
- Tabela 32 - Transferências Financeiras Concedidas
- Tabela 33 – Fluxo de Caixa

## APRESENTAÇÃO

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, vinculada ao Ministério da Educação e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Atualmente a estrutura institucional do IFF é composta por sete Unidades Gestoras: Campus Centro, Campus Macaé, Campus Itaperuna, Campus Guarus, Campus Bom Jesus de Itabapoana, Campus Cabo Frio e Campus Quissamã, todas são unidades orçamentárias e administrativas investidas do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios e descentralizados.

No presente relatório estão evidenciadas as DCON até 31 de dezembro de 2021, extraídas de forma consolidadas no SIAFIWEB conforme determinação do MEC e disponibilizadas no site eletrônico do IFF, onde podemos aferir que:

O acréscimo na situação Patrimonial do Instituto de aproximadamente 3% foi provocado principalmente pela redução dos Precatórios de Pessoal de aproximadamente 90,65% ocasionada pela transferência da conta de obrigação do IFF para UG da Justiça Federal dos valores referente a precatórios alimentares de 2021, rotina contábil adotada pela STN desde 2019.

Adicionalmente, a redução nas obrigações com Pessoal (Precatórios de Pessoal) por meio de Transferência de Obrigação favoreceu o aumento no Resultado Patrimonial apresentado na Demonstração Variação Patrimonial de cerca de 22,61% quando comparado ao mesmo período de 2020..

Quanto ao Balanço Orçamentário foi evidenciado uma arrecadação de 100,37% das receitas próprias previstas, indicando um excesso de arrecadação das receitas, impulsionado pelo acréscimo na arrecadação nas Receitas de Agropecuária (144,43%) e Receita de Serviços (369,77%).

É importante destacar que as demonstrações contábeis do 4º trimestre de 2021 bem como suas respectivas notas explicativas foram impactadas pelo surto do novo coronavírus (COVID-19). Conforme Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 do Ministério da Saúde, foi declarada emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção humana pelo novo Coronavírus. O calendário letivo do IFFluminense foi suspenso conforme Portaria nº 207, de 27 de março de 2020, mas reaberto conforme Portaria nº 577, de 31 de agosto de 2020 para que as Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP) fossem realizadas em atendimento às diretrizes publicadas pela Resolução nº 38 de 27 de agosto de 2020. Além disso, houve alterações nas rotinas de trabalho e dos procedimentos administrativos, visando à prevenção quanto à disseminação do novo coronavírus, conforme Portaria nº 167, de 16 de março de 2020.

Em setembro e outubro de 2021 foram publicadas, respectivamente, a Resolução nº 54 e 58/2021 que estabeleceu e aprovou as diretrizes para o retorno gradual e seguro às Atividades Pedagógicas Presenciais nos *campi* do Instituto.

A seguir, são apresentadas Declaração do Contador, as DCON, acompanhadas das respectivas notas explicativas contendo observações sobre o impacto da COVID-19 nas informações financeiras do Instituto. Boa leitura.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE  
REITORIA**

**RUA CORONEL WALTER KRAMER, Nº 357, PARQUE SANTO ANTONIO, CAMPOS DOS GOYTACAZES / RJ, CEP 28080-565**

**DECLARAÇÃO Nº 4/2022 - CCONTREIT/DAOFCREIT/PROADM/REIT/IFFLU**

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

**UG: 158139 – REITORIA - Gestão: 26434**

**Ano: 2021**

O escopo desta Declaração refere-se às Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 do Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – Reitoria. Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. As Demonstrações Contábeis da Reitoria são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos da Reitoria.
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a receita arrecadada e a despesa autorizada versus a despesa executada.
- Balanço Financeiro e Demonstração de Fluxo de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do campus no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – Nesse demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das Variações Patrimoniais Aumentativas (Receitas) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (Despesas).

Assim, de acordo com análise realizada nos Demonstrativos Contábeis e no procedimento de conformidade contábil, DECLARO que as informações constantes nas Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, EXCETO quanto os assuntos mencionados a seguir:

**Ativo Não Circulante com Inconsistências em sua mensuração e avaliação**

O Ativo Não Circulante do Instituto não representa de maneira fidedigna a real situação patrimonial da entidade, uma vez que não houve a realização de lançamentos no sistema operacional da união, o SIAFI, devido as inconsistências do sistema do SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública.

Conseqüentemente, existe uma superavaliação nos Bens Móveis e nos Ativos Intangíveis, pois não houve registros de depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução a valor recuperável, ajustes para perdas ou até mesmo ganhos com ativos.

Quanto aos Bens Imóveis apresentam saldos alongados, classificados em Obras em Andamento, provenientes da execução de obras passadas que necessitam ser conciliados e baixados de acordo com a conclusão das referidas obras para que as informações evidenciadas sobre os Bens Imóveis do Instituto sejam atualizadas.

Espera-se que em 2022, com a implantação do SIADS - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial sejam sanadas as divergências mencionadas no Ativo Não Circulante, especificamente nos Bens Móveis e Intangíveis.

Demais Créditos e Obrigações a Curto Prazo superestimado

Os grupos Outros Créditos de Valores a Curto Prazo e Demais Obrigações de Curto Prazo encontram-se superestimado, especificamente nas contas 11.382.08.00/21.892.06.00, tendo como causa a metodologia de controle, realizada desde 2019 pelo Tesouro Nacional nos

órgãos federais que considerou todos os TED (vigentes ou não) que continham o status "pendentes" no Siafi, foram registrados direitos e obrigações já concluídas em que houve a apresentação e envio de informações sobre a prestação de contas, restando a conclusão de trâmites formais da Unidade Repassadora/Recebedora dos recursos.

LILIA LOURENÇO RAMOS ROCHA

CRC/RJ 110193-O-3

Documento assinado eletronicamente por:

- **Lilia Lourenço Ramos Rocha, COORDENADOR - FG2 - CCONTREIT, COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**, em 24/01/2022 12:07:47.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/01/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.iff.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

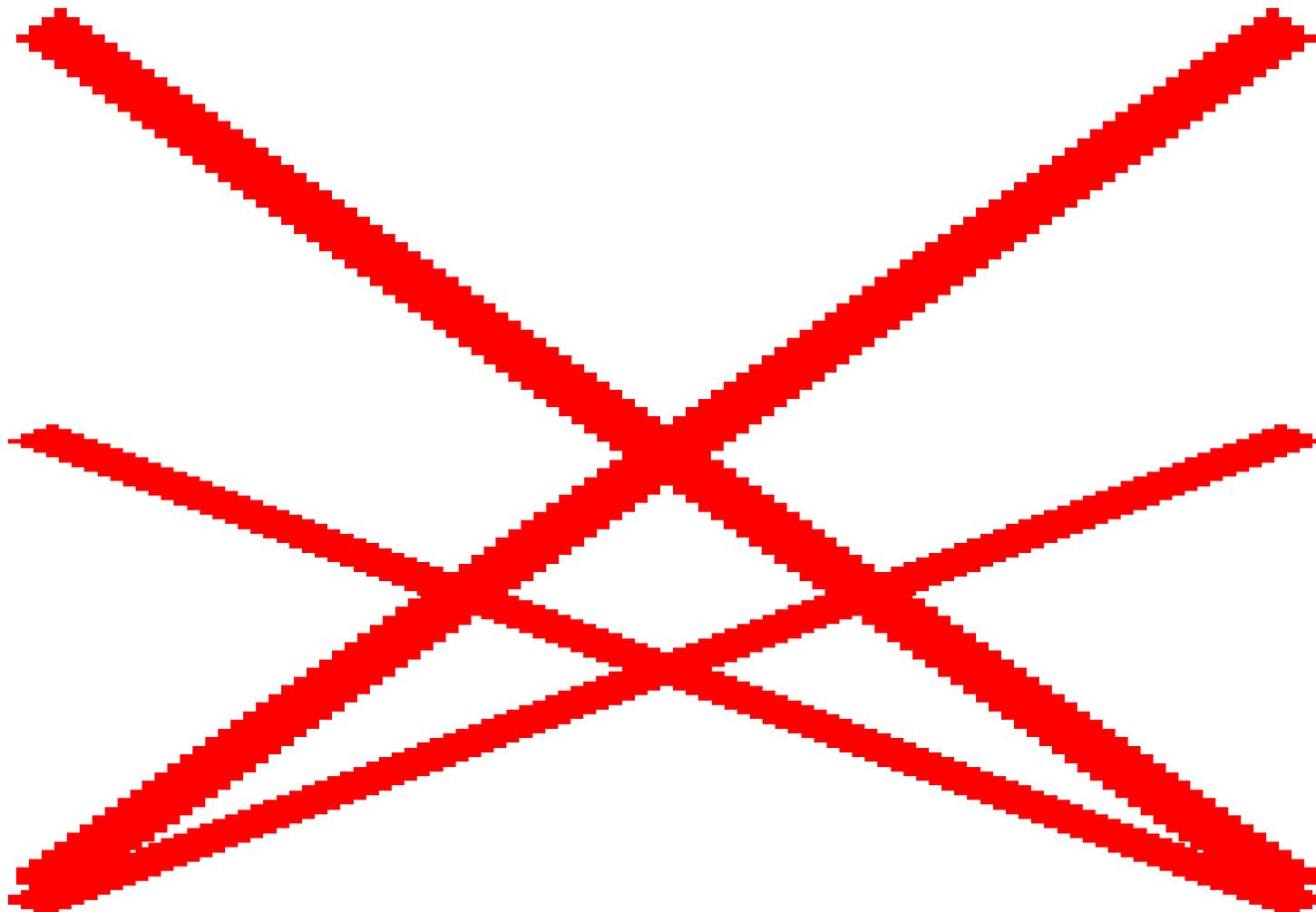
Código Verificador: 315345

Código de Autenticação: 2c4b88ce2b

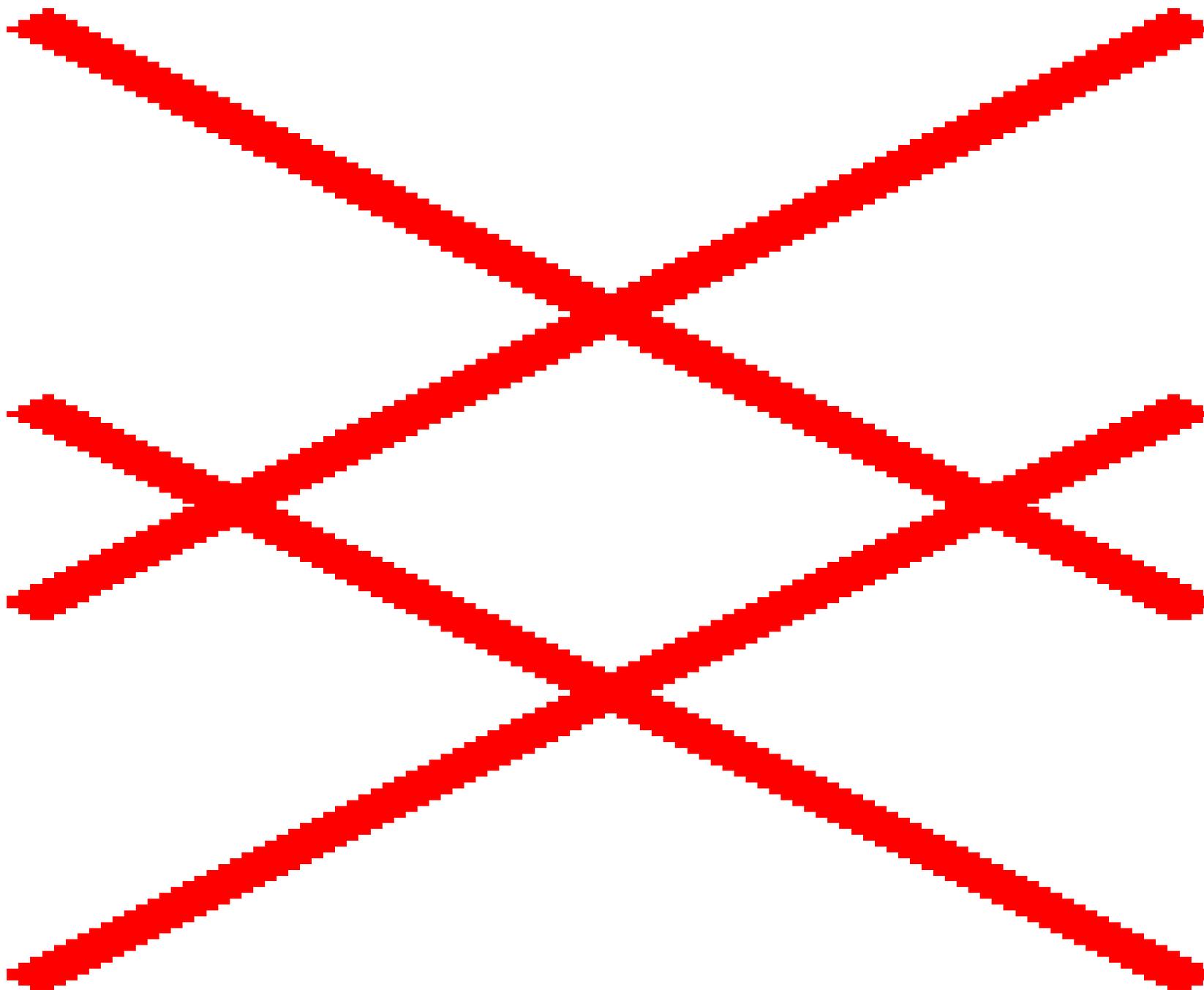


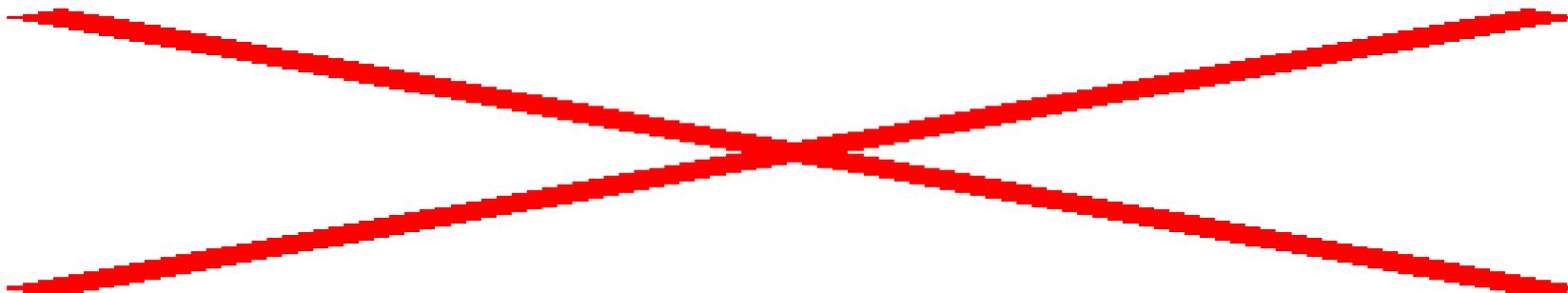


**Demonstrações Contábeis Consolidadas**  
**Balço Patrimonial**

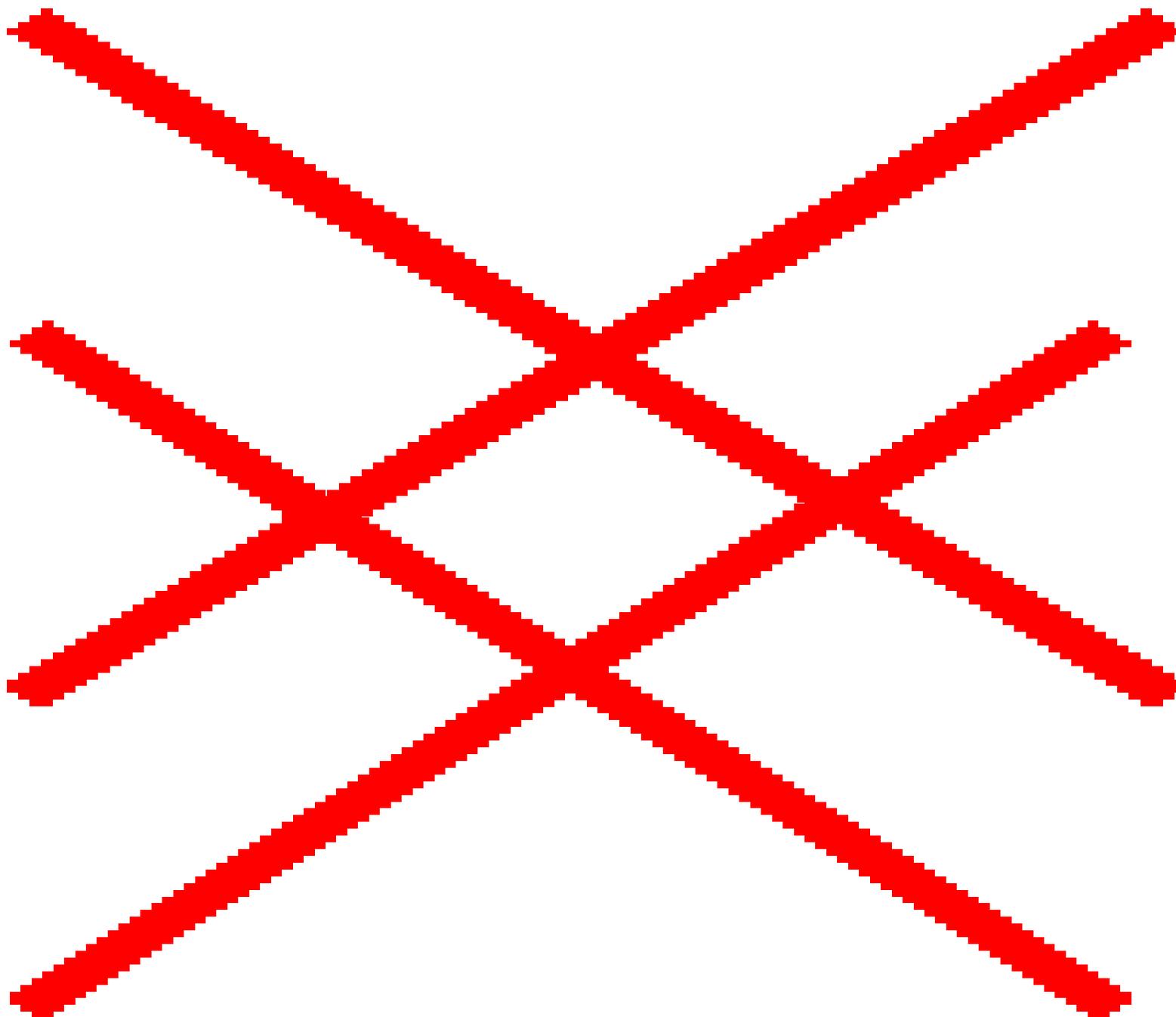


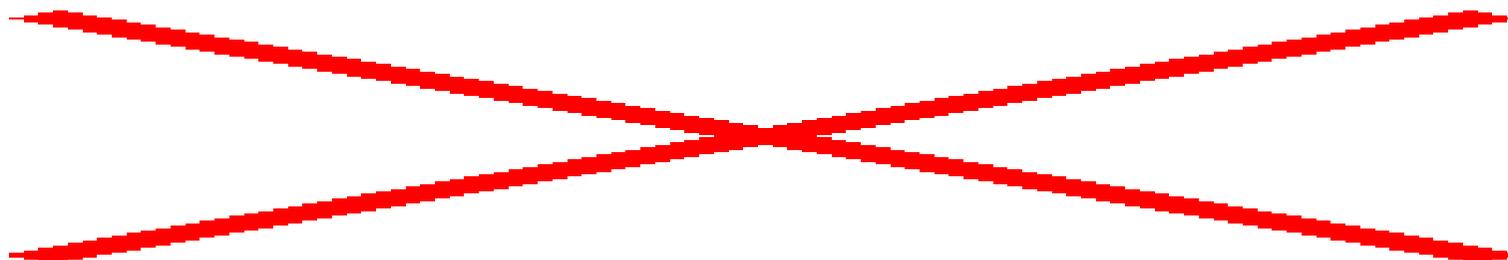
## Demonstração das Variações Patrimoniais





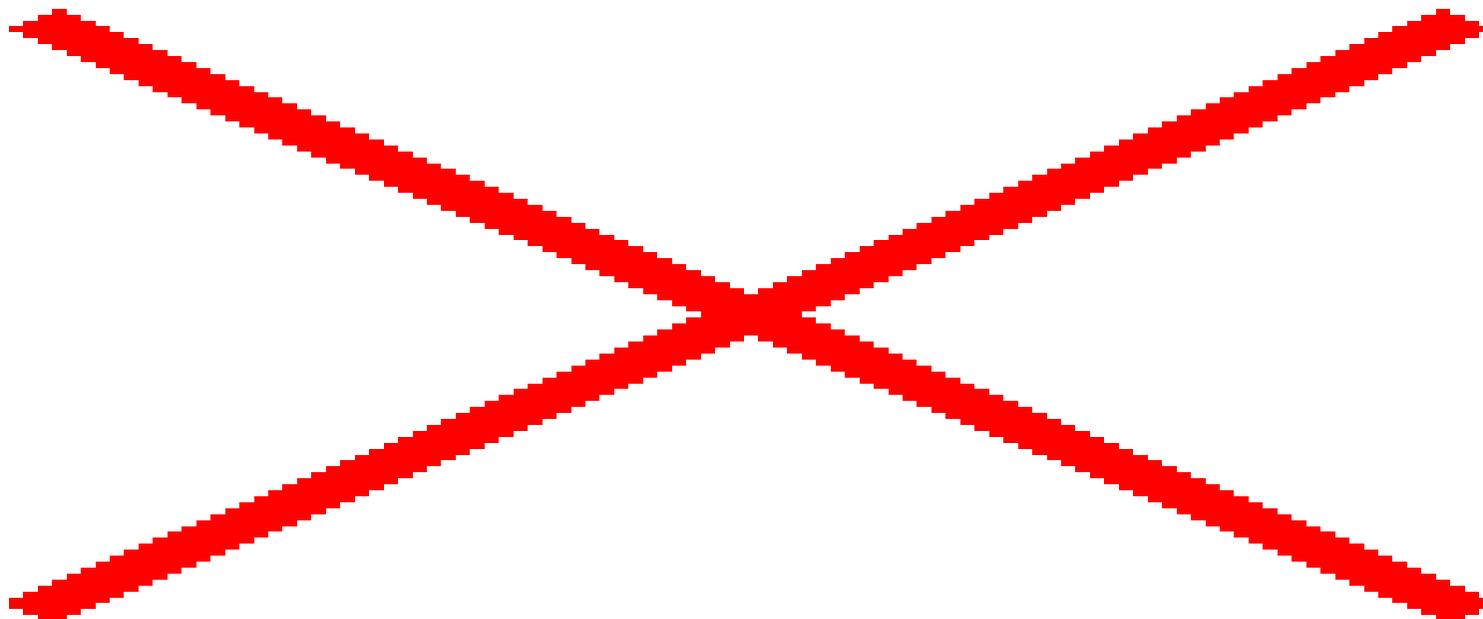
**Balço Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social



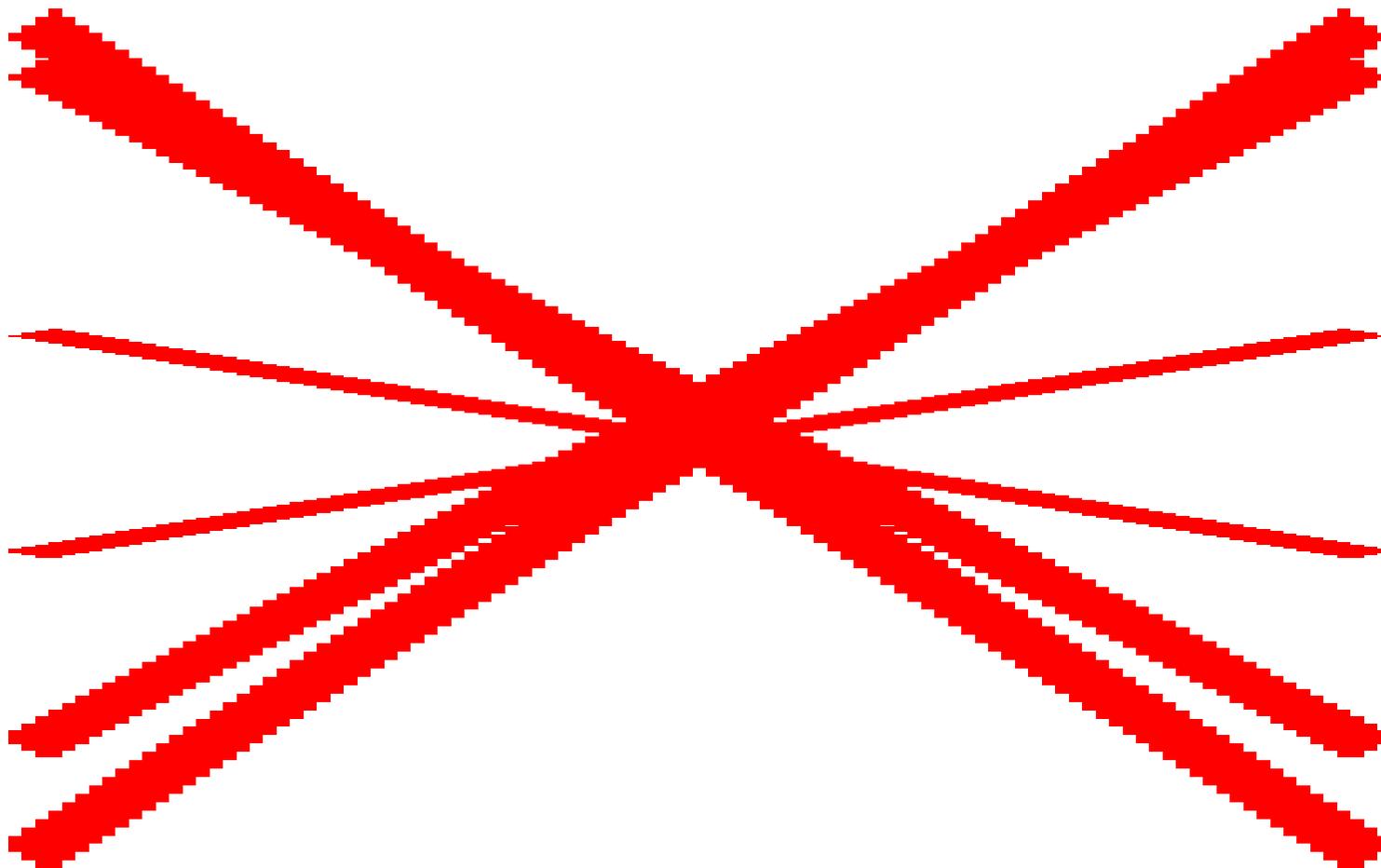


Balanco

Financeiro



## Demonstração dos Fluxos de Caixa



## Notas Explicativas

### 1 - Base de Preparação das Demonstrações e das práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON) do IFF são elaboradas conforme a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11) e Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

As demonstrações contábeis encontram-se consolidadas com as informações de todas as Unidades Gestoras do IFF tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e baseadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC).

A estrutura e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I Balanço Patrimonial (BP);
- II Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III Balanço Orçamentário (BO);
- IV Balanço Financeiro (BF);
- V Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI Notas Explicativas.

### 2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Seguem elencados abaixo os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

#### (a) Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

#### (b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### (c) Estoques

Compreendem as mercadorias de almoxarifado, avaliadas inicialmente pelo seu valor de aquisição e suas a saída e baixa foram avaliadas pelo Custo Médio Ponderado, conforme as orientações/recomendações da STN referentes aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Considerando-se a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

#### **(d) Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Contudo, tais práticas contábeis não estão totalmente implementadas, especialmente o registro de depreciação compatível com a vida útil do bem e a redução do valor recuperável e a reavaliação dos bens móveis.

#### **(e) Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

#### **(f) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

##### **Reavaliação**

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados:

- I. aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- II. houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- III. comprovação da ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

#### **(g) Redução ao valor recuperável**

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb: Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF ([www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br)).

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irrecuperabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por irrecuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por irrecuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

#### **(h) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação

acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

### (i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

- I. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. empréstimos e financiamentos;
- III. fornecedores e contas a pagar;
- IV. obrigações fiscais;
- V. obrigações de repartições a outros entes;
- VI. provisões;
- VII demais obrigações.

### (j) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

### (l) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

## 3 - Caixa e Equivalente de Caixa

Em 31/12/2021 apresentou um acréscimo de 21,39% e representa 7,75% do total dos ativos quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2020. Este acréscimo tem como causa o aumento na saída de recursos destinadas ao pagamento de despesas com pessoal (Vinculação 310) e de custeio (Vinculação 400) quando comparado ao mesmo período do ano passado.

A conta contábil Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta um saldo discriminado em sua totalidade na conta contábil sintética - Recursos Liberados pelo Tesouro (1.1.1.1.2.20.00). Os recursos liberados pelo tesouro evidenciam valores disponíveis para saque, divididos por fontes de recurso e vinculação de pagamento que corresponde à soma de duas contas contábeis analíticas: 1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS, são os valores disponíveis para uso e 1.1.1.1.2.20.03 - LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO, são valores que representam o total das ordens de pagamentos (OPs) emitidas, valores já comprometidos, pois aguardam apenas a autorização do ordenador de despesa para o efetivo crédito na conta do favorecido e pagamento da despesa.

**Tabela 1 – Caixa e equivalentes de Caixa**

Caixa Equivalentes de Caixa-111122000- RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO				
VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO		111122001	111122003	TOTAL
308	CONTRIBUICAO PREVIDENCIA FECHADA		119.131,36	119.131,36
514	FOLHA - CUSTEIO DISCRICIONARIO -RESUL.PRIM=2		165.742,65	165.742,65
410	CUST/INV-EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA RP7	289.894,71		289.894,71
400	CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	3.495.595,17	1.011.793,56	4.507.388,73
510	FOLHA – CUSTEIO OBRIGATÓRIO		1.230.711,84	1.230.711,84
405	CUSTEIO/INVEST.-EMENDAS INDIVIDUAIS - RP6	42.414,03		42.414,03
499	PAG.DE DESPESA OBRIGATORIA- RESUL.PRIM=1	1.846,15		1.846,15

310	PAGAMENTO PESSOAL		34.319.843,18	34.319.843,18
990	PASSIVOS FINANCEIROS	3.042,00	4.750,00	7.792,00
413	TELECOMUNICACOES	6.397,41		6.397,41
409	EMENDAS RESULTADO EOF - 9	3.600,00	13.500,00	17.100,00
<b>TOTAL</b>		<b>3.842.789,47</b>	<b>36.865.472,59</b>	<b>40.708.262,06</b>

Siafi2021

Observa-se na tabela acima que o recurso destinado ao Pagamento de Pessoal, competência dezembro/2021, representa aproximadamente 86% do total de Recursos Liberados pelo Tesouro, com R\$ 34.319.843,18. Cabe destacar que mesmo disponível na conta caixa, são valores já comprometidos (Ordem Pagamentos já emitidas), aguardando apenas a geração de OBs (Ordem bancárias) no primeiro dia útil do mês subsequente, quando o valor será baixado da conta CAIXA -111122000- RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO.

#### 4 – Créditos a Curto Prazo

Este grupo representa 2,11% do total de ativo e apresentou uma redução significativa de 19% em relação a 31 de dezembro de 2020, sendo composto pelos Créditos tributários a Receber e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Os créditos tributários a receber no Órgão 26434 originam-se da transposição de saldo da antiga UG 153008 para UG – 158274, decorrente da transferência de depósitos compulsórios para realização a curto prazo, conforme Mensagem CCONT/STN 902584 de 28/01/1993 (93NL000126-153008). Estes créditos referem-se a direitos adquiridos pela tributação de empréstimos compulsórios, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto-Lei nº 2.288/1986, cujo fato gerador era o consumo de combustíveis e aquisição de veículos. Dessa forma, como seu saldo encontra-se sem nenhuma alteração desde 2009, este Instituto enviou a Mensagem 2019/1280887 para UG 150003 - Setorial Contábil do MEC - e aguarda resposta quanto a sua permanência ou devida regularização.

Quanto aos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os direitos a receber pelo adiantamento de valores a título de 13º salário, adiantamento de férias, suprimimento de fundos, crédito a receber por cessão de pessoal e adiantamento de Termo de Execução Descentralizada.

As contas com maior representatividade deste item são os adiantamentos de 13º salário (12,47%) e 1/3 de férias (67,80%), sofrendo reduções na ordem de 53,51% e 11,65%, respectivamente, quando comparados aos saldos apresentados em dezembro de 2020. Os decréscimos apresentados nestas contas contábeis foram fatores contributivos para a redução deste item no quarto trimestre de 2021. Estes Créditos tratam-se de benefícios direcionados aos servidores públicos federais, apresentado uma especificidade no registro contábil (Macrofuncao do Siafi 021142 – Folha de Pagamento).

**Tabela 2 – Demias Créditos a Curto Prazo**

Mês Lançamento		DEZ/2021	DEZ/2020
Conta Contábil		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
113110102	ADIANTAMENTO DE FERIAS	7.498.619,06	8.487.526,98
113110101	13 SALARIO - ADIANTAMENTO	1.379.511,69	2.967.351,54
113823800	ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	1.795.464,28	1.795.464,28
113110105	SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	371.191,8	356.187,85
113851200	CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC	4.150,18	94.845,79

113811200	CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	10.329,30	10.329,30
<b>Total</b>		<b>11.059.266,31</b>	<b>13.711.705,74</b>

Tesouro Gerencial 2021

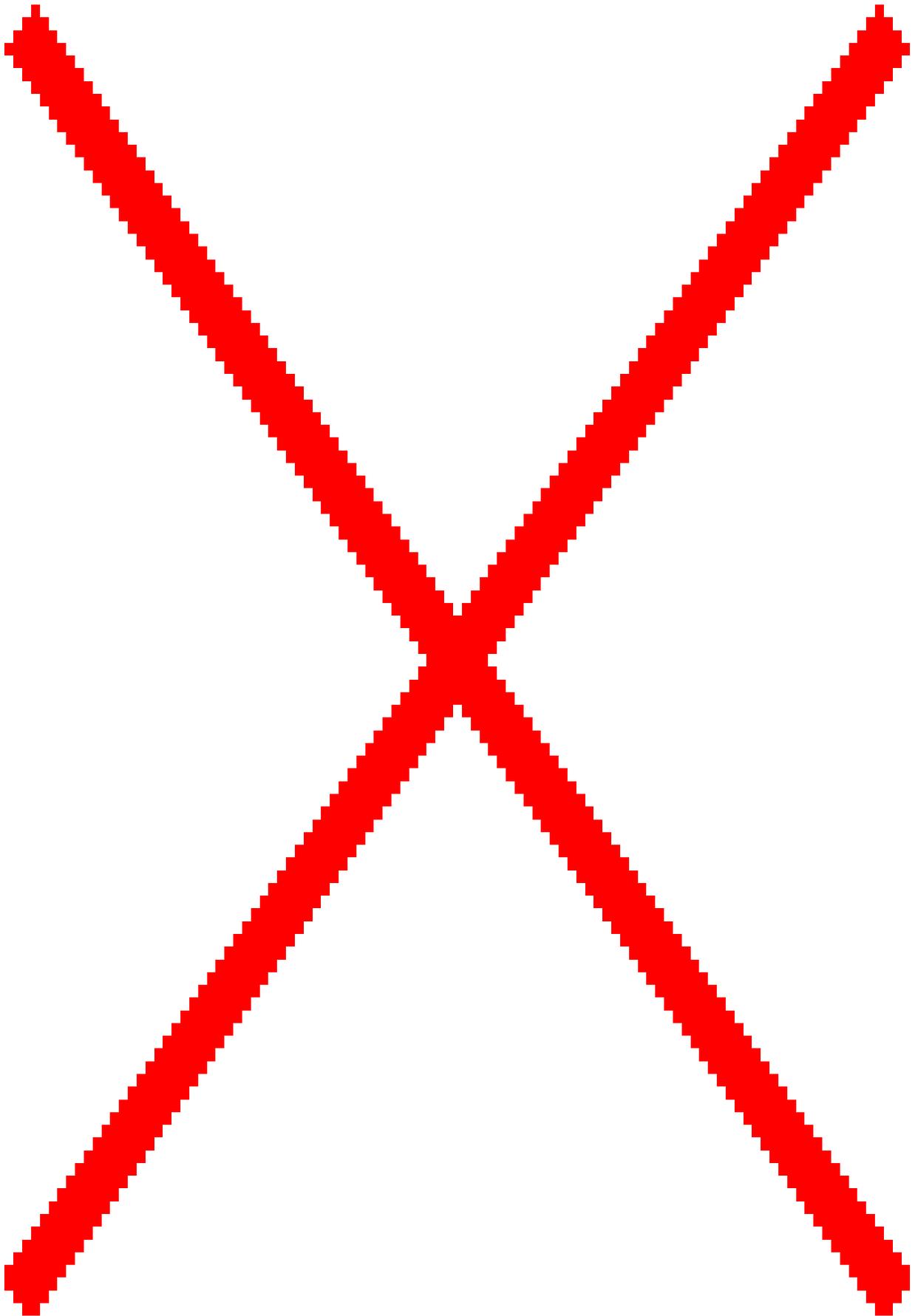
## 5 – Estoques

A conta Estoques em Almoxarifado evidenciou em 31/12/2021, o valor de R\$ 3.378.267,81 que representa 0,64% do total de ativo e apresentou aumento de 7,24% em relação a 31 de dezembro de 2020. A variação positiva foi impulsionada pela aquisição de materiais para manutenção de bens móveis e instalação, materiais de proteção e segurança, material para limpeza visando a preparação para retorno das atividades presenciais no Instituto.

Outro fator contributivo para variação positiva no estoque foi o reconhecimento, mensuração e registro contábil de animais para pesquisa no Campus Bom Jesus, ocorrido abril de 2021 (2021NL0001), conforme processo NR 23323.000491.2021-84,

Estes animais (números 152, 155, 158, 160, 161, 163 a 171, 175, 178 e 185 foram equivocadamente registrados como semoventes, porém quando foi detectado que tratavam-se de animais para pesquisa (abril2021) foram registrados como “Estoque de Produto para Pesquisa” (2021NL000001).

### Tabela 3 – Estoques



## 6 – Provisões

Em 31/12/2021, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense não possuía saldo de Provisões a curto ou a longo prazo.

## 7 - Ativo Não Circulante

Em 31/12/2021, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 470.126.120,99, relacionado ao imobilizado. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

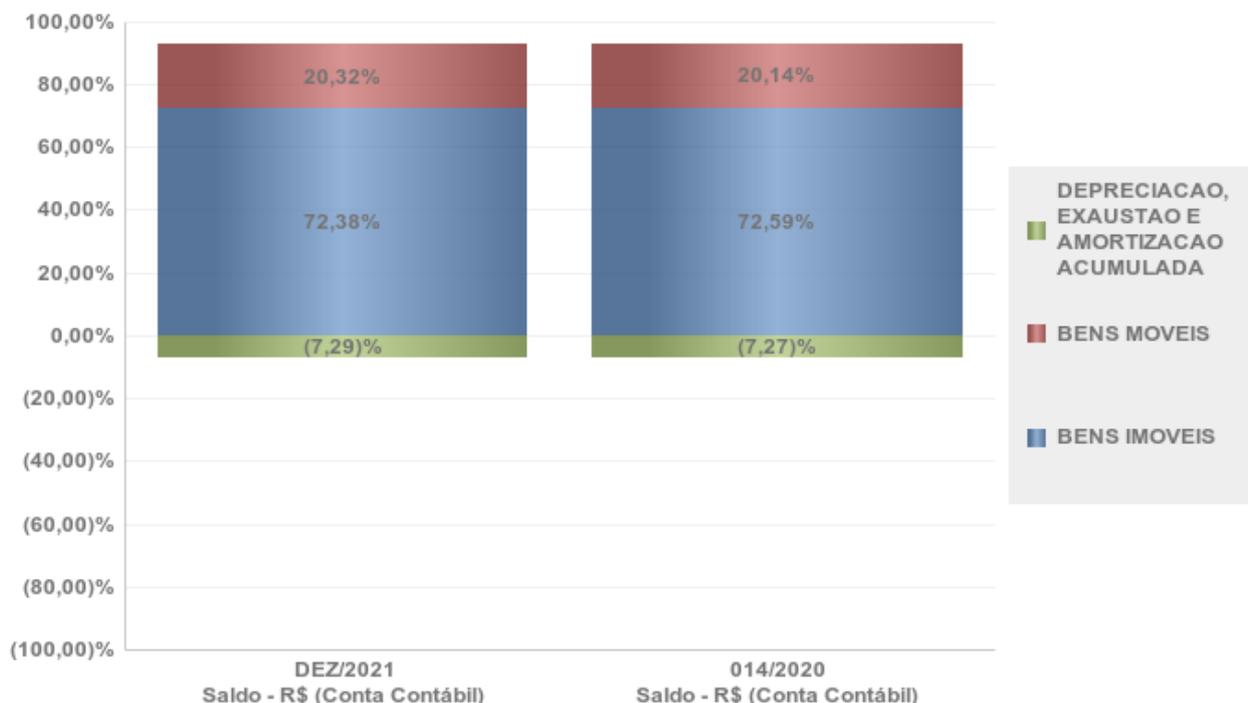
Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado e a sua evolução em termos percentuais comparando o quarto trimestre de 2021 com o quarto trimestre de 2020.

**Tabela 4 – Imobilizado – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/12/2021	31/12/2020	AH%
<b>Bens Móveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	111.870.988,76	108.553.447,12	3,05
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Móveis	(34.587.437,63)	(33.713.545,54)	2,59
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
<b>Bens Imóveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	364.269.524,20	391.198.108,60	0,40
(+) Obras em Andamento	34.128.613,31	28.412.745,36	20,11
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. Bens Imóveis	(5.555.567,65)	(5.445.642,59)	2,01
<b>Total</b>	<b>470.126.120,99</b>	<b>460.592.367,59</b>	<b>2,06</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

## Gráfico 1 – Imobilizado - Composição



### Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26434 em 31/12/2021 totalizavam R\$ 77.283.551,13 distribuídos nas seguintes contas contábeis detalhadas na tabela a seguir.

**Tabela 5 – Bens Móveis – Composição**

	R\$ milhares		
	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	40.695.368,29	38.579.643,60	5,48
Bens de Informática	29.674.695,84	28.740.203,14	3,25
Móveis e Utensílios	22.891.876,60	22.667.642,01	0,99
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	8.932.517,61	8.850.075,21	0,93
Veículos	9.542.586,84	9.542.586,84	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	40.714,93	80.067,67	-49,15
Demais Bens Móveis	93.228,65	93.228,65	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(34.587.437,63)	(33.713.545,54)	2,59
<b>TOTAL</b>	<b>77.283.551,13</b>	<b>74.839.901,58</b>	<b>3,26</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão que apresentam maior representatividade em relação ao total bruto da conta móveis, 52,65% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, 38,39% referem-se a Bens de Informática e 29,62% referem-se a Móveis e Utensílios.

O item Máquina, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas obteve o acréscimo mais significativo (5,48%), em que houve aquisições de Máquinas e equipamentos energéticos, máquinas e equipamentos industriais e Aparelhos de medição e orientações.

Também houve um aumento nas aquisições de Bens informática (3,25%), justificado para aprimorar as estruturas das atividades online, imposta no período de Pandemia (COVID/19) e necessárias na continuidade da atividade-fim do Instituto.

No grupo Semoventes e Equipamentos de Montaria houve uma redução significativa (49,15%), justificada pela correção de lançamento no SIAFI (2019NS001671), pois os animais (números 152, 155, 158, 160, 161, 163 a 171, 175, 178 e 185 foram equivocadamente reconhecidos como semoventes, tratavam-se de animais para pesquisa e foram lançados em estoque (2021NL000001), processo nr. 23323.001490.2019-

32.

Cabe destacar que os valores registrados no Balanço Patrimonial referente aos Bens Móveis não refletem fidedignamente a realidade, devido ausência do registro de depreciação e reavaliação de itens registrados em contas dos bens móveis, como também à inexistência de conclusão do inventário patrimonial de todas as unidades pertencentes ao Instituto Federal Fluminense. Existem grandes expectativas que com a implantação do SIADS (portaria nº 232/2020-ME) a partir de dezembro de 2021 estas falhas sejam sanadas.

### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2021 totalizavam R\$ 392.842.569,86 e estão distribuídos em algumas contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 6 – Bens Imóveis – Composição.**

	Milhares		R\$
	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Bens de Uso Especial	364.269.524,20	362.785.363,24	0,40
Bens Imóveis em Andamento	34.128.613,31	28.412.745,36	20,11
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(5.555.567,65)	(5.445.642,59)	2,01
<b>Total</b>	<b>392.842.569,86</b>	<b>385.752.466,01</b>	<b>1,84</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

Conforme tabela acima, os Bens de Uso Especial correspondem a 92,73% do valor bruto de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo um montante de R\$ 364.269.524,20 em 31/12/2021, o acréscimo (0,40%) neste item corresponde a obras concluídas que impactaram nas áreas construídas dos imóveis do instituto, conforme processo nº 23317.005689.2021-33.

**Tabela 7 – Bens de Uso Especial – Composição**

	R\$ milhares		
	31/09/2021	31/12/2020	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	0,00
Terrenos, Glebas	0,00	0,00	0,00
Aquartelamentos	0,00	0,00	0,00
Imóveis de Uso Educacional	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	0,00	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,00	0,00
Aeroportos, Estações e Aeródromos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	364.269.524,20	362.785.363,24	0,40
<b>Total</b>	<b>364.269.524,20</b>	<b>362.785.363,24</b>	<b>0,40</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

### (a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas Autarquias e Fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunções 020330 e 020335, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014.

#### (a.1) Reavaliação e Atualização

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União,

Autarquias e fundações Públicas Federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

A última reavaliação dos bens imóveis foi por meio do processo nº 23317.005689.2021-33

#### **(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment**

O Órgão não realizou teste de recuperabilidade dos seus bens até o término do quarto trimestre de 2021. Passando-se a adotar os procedimentos, o órgão seguirá orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais), que também se encontram descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020335, disponível no sítio da STN ([www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br)).

#### **(a.3) Depreciação, Amortização ou Exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização ou exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o compute da depreciação em fração menor do que um mês.

Os bens móveis do Órgão 26434 ainda não houve avaliação até a presente data, porém o Instituto constituiu um grupo de trabalho através da Portaria nº 1.349, de 26 de setembro de 2017, com a finalidade de analisar e providenciar os ajustes que se façam necessários para as questões que envolvem o patrimônio.

Quanto a depreciação dos bens móveis adquiridos a partir de janeiro de 2015 até a presente data estão em um novo sistema (SUAP), onde o módulo “Depreciação” está em fase de ajustes finais pelo setor de TI, por isso até o quarto trimestre de 2021 o grupo Depreciação/Amortização Acumulada contempla parcialmente estes bens.

Dessa forma, a fim de regularizar essas inconsistências, o Instituto Federal Fluminense publicou a portaria nº 1.245 de 02/08/2019 que regulamentou e estabeleceu procedimentos relativos à gestão de bens permanentes móveis e atualizou o grupo de trabalho instituído em 2017 designado para aprimoramento dos processos de trabalho relacionados à gestão patrimonial e de estoques. Como também, instituiu grupo de trabalho para estudo e análise do impacto da implantação do SIADS (Portaria nº 144 de 16 de março de 2021).

Por fim, o Instituto solicitou adesão ao Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) conforme Ofício nº 46/2021 da Pró-Reitoria de Administração do IFF de 16 de dezembro de 2021, em atendimento à portaria nº 232 de 02/06/2020 do Ministério da Economia que prevê a utilização do referido sistema no âmbito da administração pública federal.

#### **(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

No órgão 26434 todos os bens imóveis estão registrados no SPIUnet.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 03/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Quanto aos registros da depreciação acumulada de bens imóveis, o Órgão apresenta o valor total de R\$ 5.555.567,65. Deste total, R\$ 109.925,06 foram registrados no quarto trimestre de 2021, tendo como contrapartida uma variação patrimonial diminutiva (VPD), apresentada nas demonstrações das variações patrimoniais (DVP). Cabe informar que os registros contábeis são realizados diretamente pela STN, tendo por base arquivos encaminhados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

## 8 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em virtude de adequação do sistema SUAP, sistema de Controle Patrimonial desse Órgão, e adoção de procedimentos administrativos, encontra-se pendente a revisão anual dos ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019. Por enquanto, no Instituto Federal Fluminense, encontram-se pendentes estes registros por ausência de procedimentos administrativos e adequações no sistema de controle patrimonial. Espera-se que com a adesão ao Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) conforme Ofício nº 46/2021 da Pró-

Reitoria de Administração do IFF de 16 de dezembro de 2021, em atendimento à portaria nº 232 de 02/06/2020 do Ministério da Economia que prevê a utilização do referido sistema no âmbito da administração pública federal, esta falha sanada.

Em 31/12/2021, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 95.724,84 relacionados ao intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível e a evolução em termos percentuais comparando o quarto trimestre de 2021 com o último trimestre de 2020.

**Tabela 8 – Intangível – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	205.014,27	204.657,58	17,42
Software com Vida Útil Indefinida	17.490,88	17.490,88	0
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida	140,00	140,00	0
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0	0	0
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado	0	0	0
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Indeterminado	0	0	0
Amortização Acumulada	-126.920,31	-126.920,31	0
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0	0	0
<b>Total</b>	<b>95.724,84</b>	<b>95.368,15</b>	<b>0,37</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil definida, que representa 92,20% do grupo. Registrou-se até 31/07/2018 a Amortização com taxa de 20% a.a. dos softwares com Vida Útil Definida adquiridos até 31/12/2014 em sua totalidade, softwares estes que totalizam o valor de R\$ 158.873,84 registrados no sistema CAP e que representam 77,50% da conta software com Vida Útil Definida; maior parte dos softwares presentes no órgão. Os demais 22,50%, R\$ 46.140,43 da conta software com Vida Útil Definida, em virtude de adequação do sistema SUAP, encontra-se pendente a inicialização da amortização correspondente.

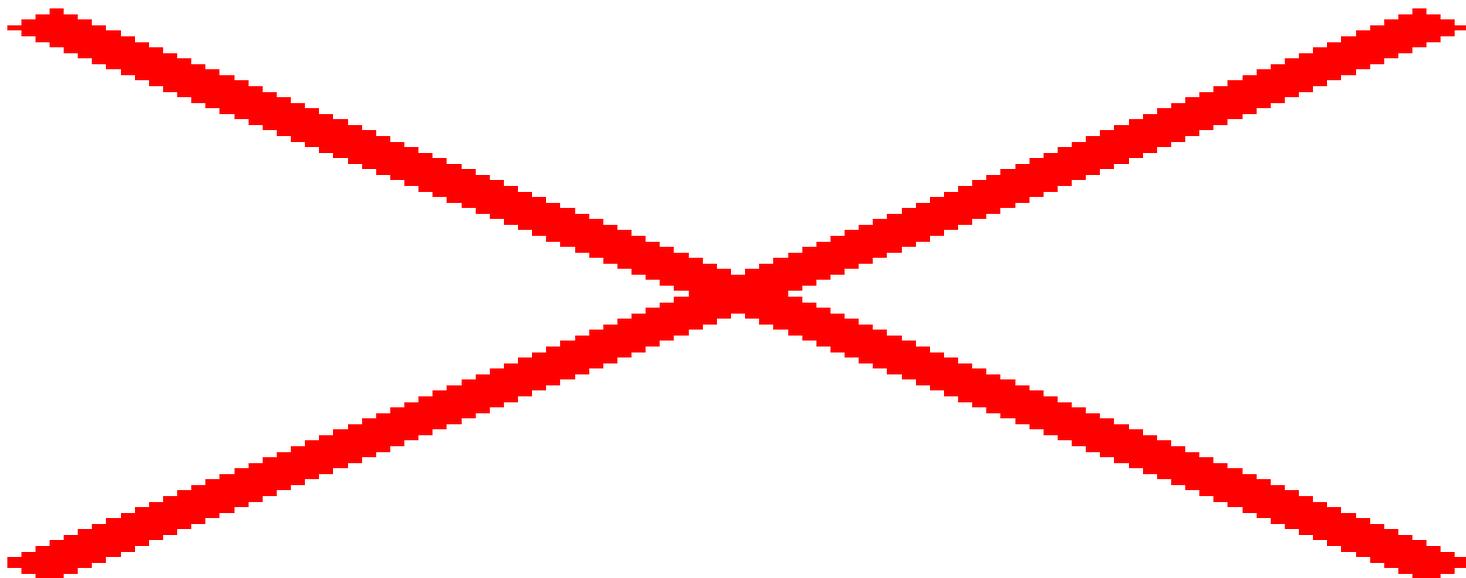
Complementarmente esclarecemos que todos os Ativos Intangíveis encaminhados para registro encontram-se contabilizados.

## **9 – Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

Em 31/12/2021, este grupo de despesa apresentou um saldo de R\$ 37.168.421,41 evidenciando uma variação negativa de 46,54% quando comparada com o saldo em 31/12/2020, alavancada pela redução dos Precatórios de Pessoal de aproximadamente 90,65%. Esta variação negativa ocorre, pois no segundo trimestre de 2021 foi realizada transferência da conta de obrigação do IFF para UG da Justiça Federal dos valores referente a precatórios alimentares de 2021, conforme T2-MEM-2021/02901 (2021NL0969) conforme prevê a Macrofunção do Siafi 02.11.31-Registro de Precatórios Judiciais.

Vale destacar a variação positiva apresentada no Item, “Salários, Remunerações e Benefícios” (17,14%), explicada pelo registro em 31/12/2021 de obrigações referente a adiantamento de férias e 13º salário dos servidores, o que sempre causará nesta conta contábil, um saldo mais inflado quando comparado aos outros trimestres. Portanto, o acréscimo apresentado neste item foi em decorrência de uma rotina contábil, disciplinada pela Macrofunção do SIAFI 02.11.42 – Folha de Pagamento.

**Tabela 9 - Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**



Fonte: Tesouro Gerencial 2021 e 2020.

## 10 – Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo

Em 31/12/2021, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense apresentou um saldo em aberto de R\$ 5.160.609,66, relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo todas as obrigações de curto prazo e com fornecedores nacionais.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros.

**Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

	R\$ milhares		
<b>Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AH (%)</b>
Credores Nacionais	5.160.609,66	4.348.149,30	8,42
Fornecedores Nacionais	-	1.825,65	
<b>Total</b>	<b>5.160.609,66</b>	<b>4.349.965,65</b>	<b>8,42</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020 e 2021.

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2021

**Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante.**

<b>UG</b>	<b>31/12/2021</b>	milhares <b>AV (%)</b>
UG 158139 – Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tec. Fluminense (Reitoria)	2.280.485,70	44,19
UG 158274 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Campos Centro	1.173.430,70	22,74
UG 158384 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Macaé	195.794,81	3,79
UG 158385 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Itaperuna	174.817,56	3,39
UG 158386 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Guarus	286.001,05	5,54

UG 158387 – Inst. Fed. Fluminense/ Campus Bom Jesus do Itabapoana	826.285,35	16,00
UG 158468 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Cabo Frio	128.142,33	2,49
UG 155851 – Instituto Fed. Fluminense/ Campus Quissamã	95.652,16	1,86
<b>Total</b>	<b>5.160.609,66</b>	<b>100</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2021.

As unidades gestoras 158139 e 152874 são responsáveis por 63,93% do total a ser pago. A unidade gestora 158139, Reitoria do Instituto Federal Fluminense, apresenta um valor expressivo de obrigações a pagar, pois abrange a sua execução e a de seis Campi centralizados e as obrigações com as despesas de pessoal.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os oito fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2021

**Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.**

<b>Fornecedor</b>	<b>R\$ milhares</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>AV (%)</b>
Fornecedor A: R SIMBRA DISTRIBUIDORA CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA	575.145,18	11,14
Fornecedor B: ENGEPLANFER EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVICOS EIREL	556.654,07	10,79
Fornecedor C: BEST VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	540.092,81	10,47
Fornecedor D: VL TERCEIRIZACAO LTDA	294.573,39	5,70
Fornecedor E: KIARGOS SERVICOS E FACILITY LTDA	240.573,39	4,66
Fornecedor F: FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA	230.475,67	4,47
Fornecedor G: LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	222.897,77	4,32
Fornecedor H MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA	216.706,76	4,20
Demais	2.283.868,05	44,26
<b>Total</b>	<b>5.160.609,66</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2021

Em relação aos fornecedores A, B, C, D, E, F, G e H eles representam 55,74% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

**(a) Fornecedor A: R. SIMBRA DISTRIBUIDORA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA**

**Contrato** nº 04/2020: Obras de Engenharia para conclusão da Construção do Campus Itaboraí;

**(b) Fornecedor B: ENGEPLANFER EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVICOS EIRE**

Concorrência nº 07/2020: Obra de Construção de Biblioteca no Campus de Macaé;

Concorrência nº 05/2020: Obra de Construção de Biblioteca no Campus de Cambuci

**(c) Fornecedor C: BEST VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA**

Contrato nº 14/2014: Prestação de serviço de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva dos empregados de forma indireta e contínua nas dependências dos campi Itaperuna, Maricá e Santo Antônio de Pádua;

Contrato nº 07/2017: Prestação de serviço de vigilância patrimonial com dedicação exclusiva dos empregados de forma indireta e contínua nas dependências dos campi Campos Centro, Campos Guarus, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Bom Jesus do Itabapoana, Campus Avançado de Cambuci, Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, Reitoria, Campus Avançado São João da Barra e Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação.

**(d) Fornecedor D: VL TERCEIRIZACAO LTDA**

Contrato nº 16/2018: Contratação de empresa (pessoa jurídica) especializada na prestação contínua de serviços de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva dos empregados, com fornecimento de

materiais e equipamentos para atendimento do Centro de Referência, campus Avançado São João da Barra, Polo de Inovação, campus Campos Centro e campus Campos Guarus do IFFLUMINENSE

**(e) Fornecedor E: KIARGOS SERVICOS E FACILITY LTDA**

Contrato nº 02/2019 - Contratação de empresa (pessoa jurídica) especializada na Prestação de Serviço de Limpeza, Conservação, Jardinagem e Apoio Administrativo com dedicação exclusiva de empregados, com fornecimento de materiais e equipamentos para atendimento aos campi Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci.

**(f) Fornecedor F: FERTHYMAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA**

Contrato nº 15/2018: Contratação de empresa (pessoa jurídica) especializada na prestação contínua de serviços de apoio administrativo para atender o Centro de Referência, campus Avançado São João da Barra, Polo de Inovação, campus Campos Centro e campus Campos Guarus do IFFLUMINENSE .

Contrato nº 02/2018: Contratação de empresa ( pessoa jurídica) para prestação de serviços de limpeza e conservação nas dependências do Campus ITAPERUNA.

**(g) Fornecedor G: LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**

Contrato nº 03/2016: Serviços de Agropecuária e Produção de Alimentos, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências dos Campi Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci;

Contrato nº 03/2018 :Repactuação do período de março a dezembro de 2019 referente ao serviço de recebimento, armazenamento, higienização, preparo e distribuição de alimentos, nas dependências do Campus Itaperuna;

Contrato nº 17/2019: Prestação de serviços de Manutenção Predial com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de ferramentas, equipamentos e EPIs, de forma indireta e contínua, nas dependências dos campi Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Campos Centro, Campos Guarus, Polo de Inovação, Macaé, Quissamã, Maricá, São João da Barra e Centro de Referência;

**(h) Fornecedor H: MOOVE ENERGIA SOLAR LTDA**

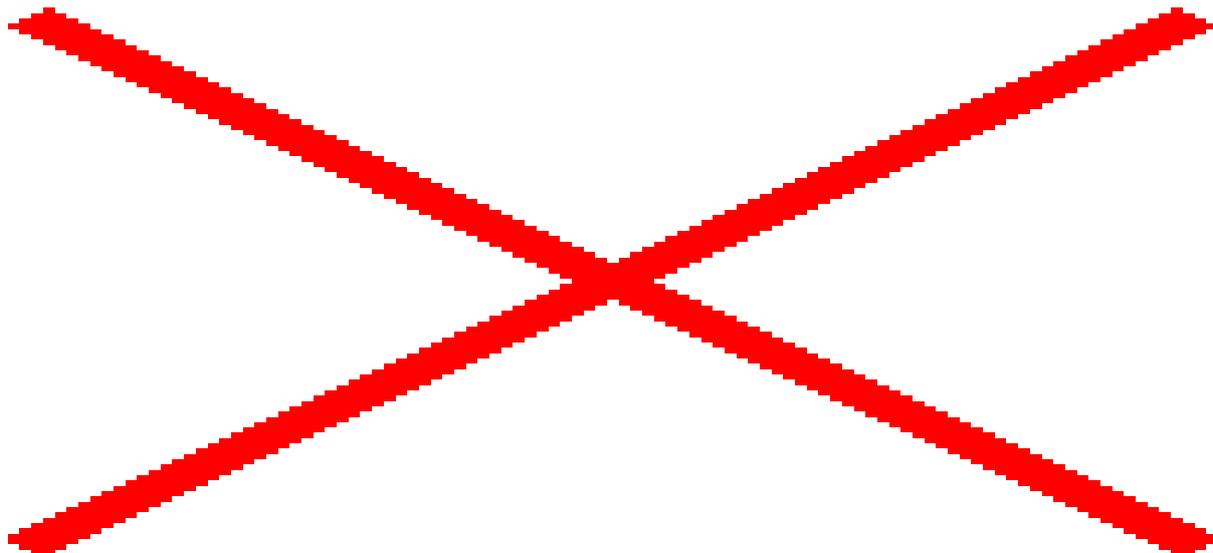
Contrato nº 01/2020: Elaboração de projetos , fornecimento e instalação de geradores fotovoltaicos.

Contrato nº 06/2019: Elaboração de projetos , fornecimento e instalação de geradores fotovoltaicos, do Campus Cabo Frio.

## **11 – Demais Obrigações a Curto Prazo**

No quarto trimestre de 2021 este grupo obrigações apresentou um saldo de R\$ 55.867.558,32 e obteve um acréscimo de 1,38% em relação ao último trimestre de 2020. Este grupo é composto por obrigações descritas nas contas contábeis da tabela a seguir:

### **Tabela 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo**



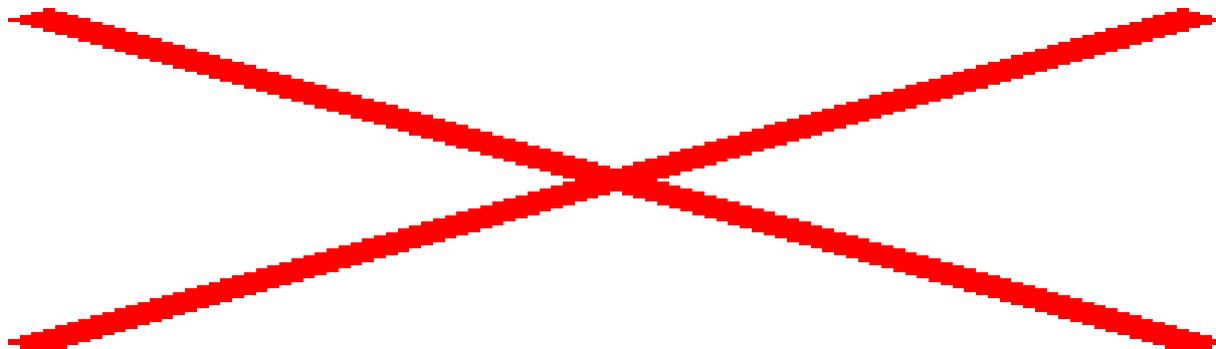
Tesouro Gerencial 2021 e 2020

O item mais significativo são as Transferências de TEDs a comprovar, representando 94,56% do total do grupo, apresentando um acréscimo de 12,28% em relação ao quarto trimestre de 2020. Esta obrigação trata-se de transferências financeiras recebidas que encontram-se pendentes de procedimentos junto ao SIMEC para a devida regularização da prestação de contas. Destaca-se que a maior parte dos TEDs a comprovar tiveram sua prestação de contas apresentadas, porém aguardam trâmites e providências do Órgão repassador para aprovação e baixa.

## 12 – Precatórios

No último dia do quarto trimestre de 2021 o Instituto apresentou um montante de R\$ 3.919.003,25 de obrigações referente a Precatórios a Curto Prazo. Os precatórios sofreram uma redução de 90,47%, alavancada pelo decréscimo dos Precatórios de Pessoal, que representa 97,89% dos Precatórios do IFF e sofreram uma redução de aproximadamente, 90,65% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2020.

Tabela 14 - Precatórios a Curto Prazo



## 13 – Resultados Acumulados

No quarto trimestre de 2021, este grupo apresentou um saldo de R\$ 427.212.559,40, que representa 81,31% do total do passivo. O grupo de contas “Resultados Acumulados” obteve uma variação positiva de 10,65% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2020, justificada pelo acréscimo de 22,62% do resultado do exercício apresentado no período.

#### 14 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores que “registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes” e no quarto trimestre de 2021 apresentou um saldo de R\$ 5.449.731,33, provenientes de ajuste a débito com despesas com Folha de Pagamento, consumo de material de estoque, taxas (UG-158139), serviços com telefonia (UG – 158387), serviços de água e esgoto (158139) e Baixa de Obras Concluídas na Conta Obras andamento, despesas não consideradas em exercícios anteriores. Por outro lado um ajuste de saldo credor referente uma reclassificação da conta 237110300 para 237110200 lançada pela 2021NS00221 na abertura do exercício de 2021 e a regularização de materiais em estoque, conforme esclarecido no processo 23317.00948.2021-30.

#### 15 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2021, o Órgão 26434 – Instituto Federal Fluminense possuía saldo de R\$ 23.647.593,91, relativo às obrigações contratuais a serem executadas.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos e a evolução em termos percentuais.

**Tabela 14– Obrigações Contratuais – Composição.**

R\$ milhares (ou R\$)

	31/12/2021	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	17.771,45	17.771,45	0,08	
Fornecimento de Bens	311.730,73	677.381,19	1,32	-53,98
Serviços	23.318.091,33	29.539.713,06	98,61	-21,06
<b>Total</b>	<b>23.647.593,51</b>	<b>30.234.865,70</b>	<b>100,00</b>	<b>-21,79</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020 e 2021.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam 98,61% do total das obrigações assumidas pelo Órgão 26434 – IFF até 31/12/2021. Ressalta-se, que a variação apresentada nas Obrigações Contratuais “Serviços”, apresentou um decréscimo de aproximadamente 21,06% em relação a dezembro de 2020.

A seguir, apresenta-se tabela contendo valores por Unidade Gestora contratante na data base de 31/12/2021

**Tabela 15 – Obrigações Contratuais – Unidade Gestora Contratante.**

R\$ milhares (ou R\$)

	31/12/2021	AV (%)
UG 158139	10.617.087,76	44,90
UG 158274	4.596.452,91	19,44
UG 158384	1.734.086,42	7,33

UG 158385	1.100.892,17	4,66
UG 158386	1.515.900,67	6,41
UG 158387	1.278.044,86	5,40
UG 158468	1.571.257,36	6,64
UG 155851	1.233.871,76	5,22
<b>Total</b>	<b>23.647.593,91</b>	<b>100</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2021.

A unidade gestora 158139 (Reitoria) é responsável por 44,90% do total contratado, isso se deve principalmente pelo fato de registrar a sua execução de contratos, dos contratos de seis Campi centralizados e dos contratos referente a obras.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 06 (seis) contratos com valores mais significativos na data base de 31/12/2021.

**Tabela 16 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.**

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/12/2021	AV (%)
Contratado A: BEST VIGILANCIA E SEGURANÇ A LTDA	5.351.843,23	22,63
Contratado B: VL TERCEIRIZACAO LTDA	1.662.149,89	7,03
Contratado C: LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	1.657.338,33	7,01
Contratado D: RIO MINAS CONSERV E LIMP LTDA	1.411.887,89	5,97
Contratado E: SIMPRESS COM. LOC. E SERVICO	857.896,26	3,63
Contratado F: MG ECCARD LTDA	803.648,25	3,40
Demais	11.902.830,06	50,33
<b>Total</b>	<b>23.647.593,91</b>	<b>100</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2021.

Em relação aos contratados A, B, C, D, E e F, estes representam 46,27, % do total dos contratos. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

**(a) Contratado A: BEST VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - 05.234.289/0001-27**

Contrato	Objeto	Vigência
07/2017	Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial nas dependências do Instituto Federal Fluminense.	03/08/2022
03/2020	Prestação contínua de serviços de vigilância patrimonial para os campi Itaperuna e Santo Antônio de Pádua do IFFluminense, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital do pregão 07/2019.	30/09/2022

**(b) Contratado B: VL TERCEIRIZACAO LTDA - CNPJ : 08439717000146**

Contrato	Objeto	Vigência
16/2018	Contratação de empresa (pessoa jurídica) especializada na prestação contínua de serviços de limpeza e conservação, com	

	dedicação exclusiva dos empregados, com fornecimento de materiais e equipamentos para atendimento do Centro de Referência, campus Avançado São João da Barra, Polo de Inovação, campus Campos Centro e campus Campos Guarus do IFFLUMINENSE	30/09/2022
--	---	------------

**(c) Contratado C: LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA – CNPJ: 00.482.840/0001-38**

Contrato	Objeto	Vigência
03/2018	Prestação de serviços de recebimento, armazenamento, higienização, preparo e distribuição de alimentos nas dependências do Campus Itaperuna.	31/07/2021
03/2016	Serviços de Agropecuária e Produção de Alimentos, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, nas dependências dos Campi Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci	31/10/2021
17/2019	Manutenção Predial com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de ferramentas, equipamentos e EPIs, de forma indireta e contínua, nas dependências dos campi Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Campos Centro, Campos Guarus, Polo de Inovação, Macaé, Quissamã, Maricá, São João da Barra e Centro de Referência.	31/01/2022

**(d) Contratado D: RIO MINAS CONSERV E LIMP LTDA CNPJ: 12.904.815/0001-84**

Contrato	Objeto	Vigência
30/2019	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços terceirizados de motoristas, destinados ao atendimento das necessidades dos campi Campos Guarus, Campos Centro, Avançado São João da Barra, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Santo Antônio de Pádua, Cambuci, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Avançado Maricá, Reitoria e Polo de Inovação, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de todos os equipamentos necessários e uniformes.	31/12/2022
45/2019	Contratação de empresa de (pessoa jurídica) para prestação de serviços terceirizados de produção e distribuição de alimentos, com dedicação exclusiva dos empregados, de forma indireta e contínua, para atender ao campus Campos Centro e ao Pólo de Inovação do IFFluminense, com fornecimento de materiais necessários, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital do pregão nº 41/2019.	22/12/2022

**(e) Contratado E :SIMPRESS COM. LOC. E SERVICO CNPJ: 07.432.517/0001-07**

Contrato	Objeto	Vigência
21/2019	Contratação de empresa (pessoa jurídica) para prestação de serviços de cópia e impressão, de forma indireta e contínua, na	27/11/2022

	modalidade franquia mensal de páginas mais excedente, com fornecimento de máquinas fotocopiadoras digitais, impressoras e seus acessórios, suprimentos, insumos/consumíveis (toner, cilindro, grampos, etc.), exceto papel, assistência técnica/manutenção (com fornecimento de peças e componentes), bem como quaisquer outros elementos necessários à prestação dos serviços,	
--	---	--

**(f) Contratado F : MG ECCARD LTDA CNPJ: 21.603.466/0001-51**

Contrato	Objeto	Vigência
08/2021	Contratação de serviços continuados de limpeza, conservação, jardinagem, portaria e apoio administrativo (Recepção), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, nas dependências dos campi Santo Antônio de Pádua e Unidade de Formação de Cordeiro do INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE	12/12/2022

## 16 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial é obtida por meio do saldo residual entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) apresentadas na Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício que será parte integrante do saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

A partir da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) evidenciadas na DVP do IFF em 31/12/2021 foi apresentado um resultado superavitário, no valor de R\$ 46.580.479,48 conforme tabela a seguir:

**Tabela 18 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas**

	31/12/2021	31/12/2020	R\$ milhões AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	537.966.622,23	576.958.096,18	-6,76
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	491.386.142,75	556.034.331,85	-11,63
<b>Resultado Patrimonial do Período (III = I - II)</b>	<b>46.580.479,48</b>	<b>20.923.764,33</b>	<b>122,62</b>

Fonte: SIAFI.

O superávit do resultado patrimonial em 31 de dezembro de 2021 foi de 46.580.479,48, aproximadamente **122,62%** maior em relação ao mesmo período de 2020, alavancadas pelas reduções nas Variações Patrimoniais Diminutivas, especificamente das Transferências e Delegações Concedidas, Precatórios de Pessoal e Desincorporação de Passivos.

**Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas**

VPA	31/12/2021	31/12/2020	R\$ milhões AH (%)
Venda de Mercadorias	338.619,17	220.629,85	53,48
Venda de Produtos	1.290,06	708,90	81,98
Exploração de Bens, Serviços e Direitos	72.907,29	184.675,66	-60,52
Juros e Encargos de Mora	-	205,15	100
Transferências Intragovernamentais	491.386.142,75	556.034.331,85	-11,63
Transferências a Instituições Privadas	-	10.000,00	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	376.205,52	1.283.647,86	-70,69
Reavaliação de Ativos	1.484.160,96	18.468.162,03	-92,96
Ganhos com Desincorporação de Passivos	42.775.508,73	71.078.404,26	-39,82
Ganhos com Incorporação de Ativos	333.670,00	-	100

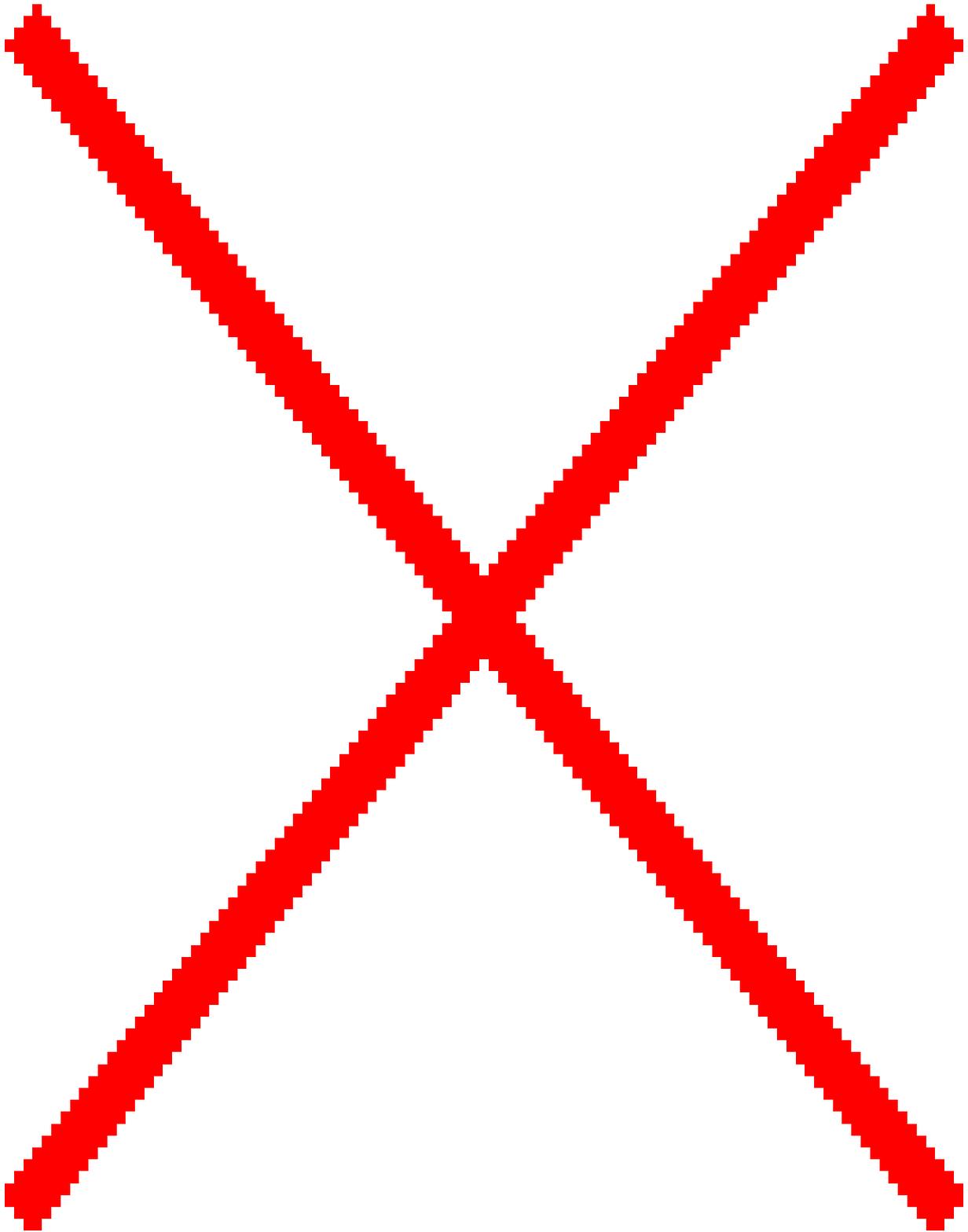
Outras Variações Aumentativas	508.709,57	420.834,67	20,88
<b>Resultado Patrimonial do Período (III = I - II)</b>	<b>537.966.622,23</b>	<b>576.958.096,18</b>	<b>-6,76</b>

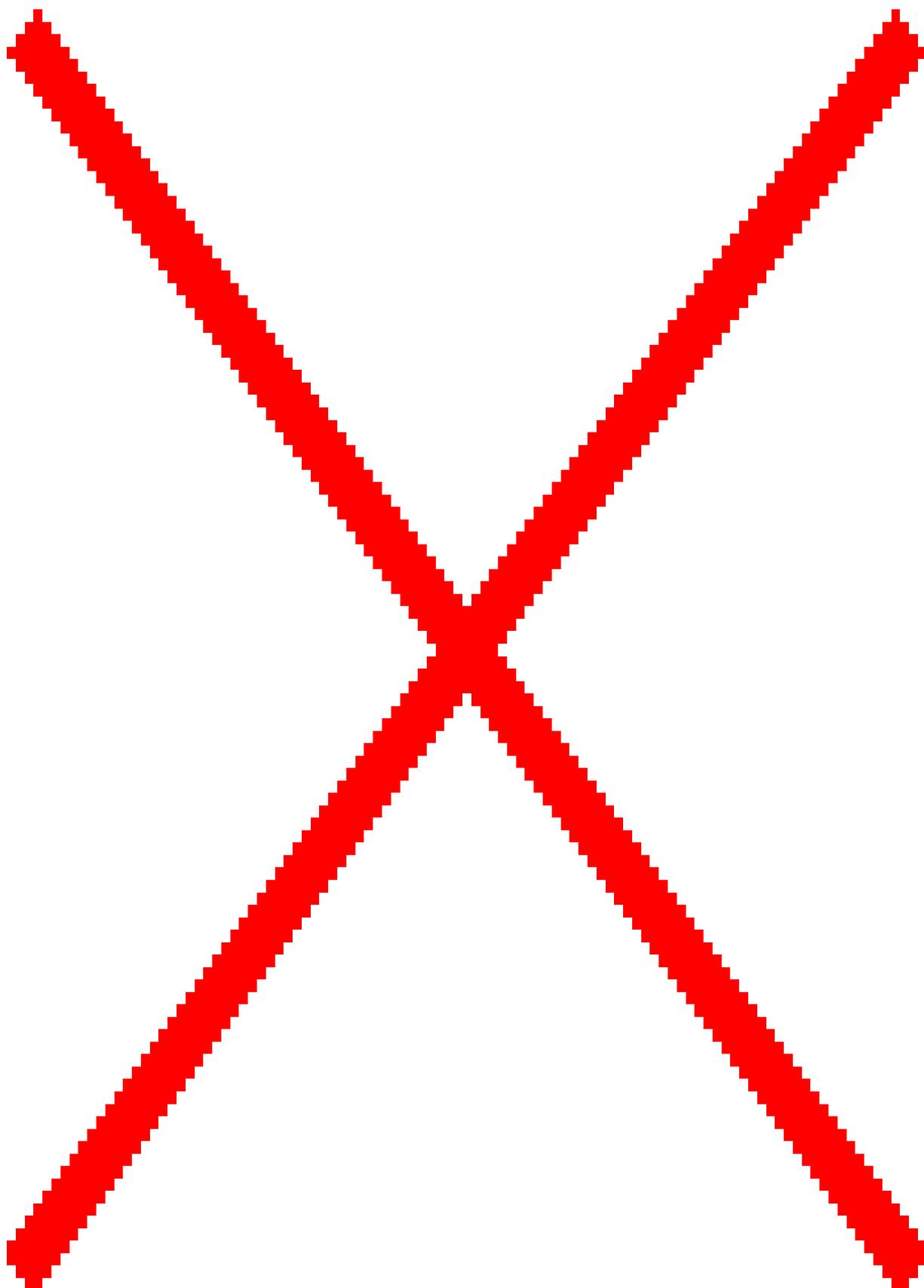
Fonte: SIAFI.

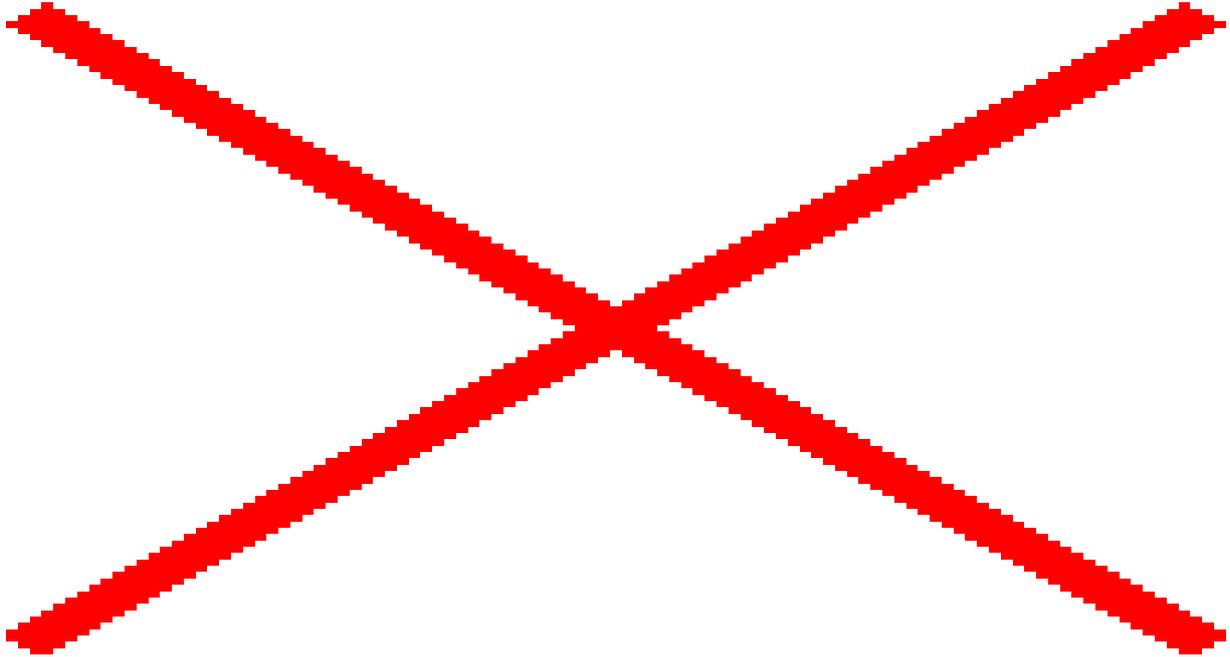
Na tabela 19, observa-se que a variação positiva significativa na VPA, Vendas de Mercadorias, de aproximadamente 53,48%. Por outro lado, a redução de 39,82% em Ganhos com Desincorporação de Passivos foi determinante para redução no total das Variações Patrimoniais Aumentativas de 6,76% quando comparado ao mesmo período de 2020..

Quanto as VPDs, apresentadas na tabela 20, também foram reduzidas em 11,60%, alavancadas principalmente pela redução nos Sentenças Judiciais – Pessoal Ativos (86,50%). Vale destacar as reduções nas despesas com manutenção dos IFF, como Serviços Administrativo-PJ (65,90%), Técnico e Operacional e Serviço. Água e esgoto, energ eletr, gas e outros PJ (12,80%) e Colsa de Estudo no País (21,90%), provocadas pela ausência de atividades presenciais em função da COVID/19.

#### **Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas**







## 17 – Resultado Orçamentário

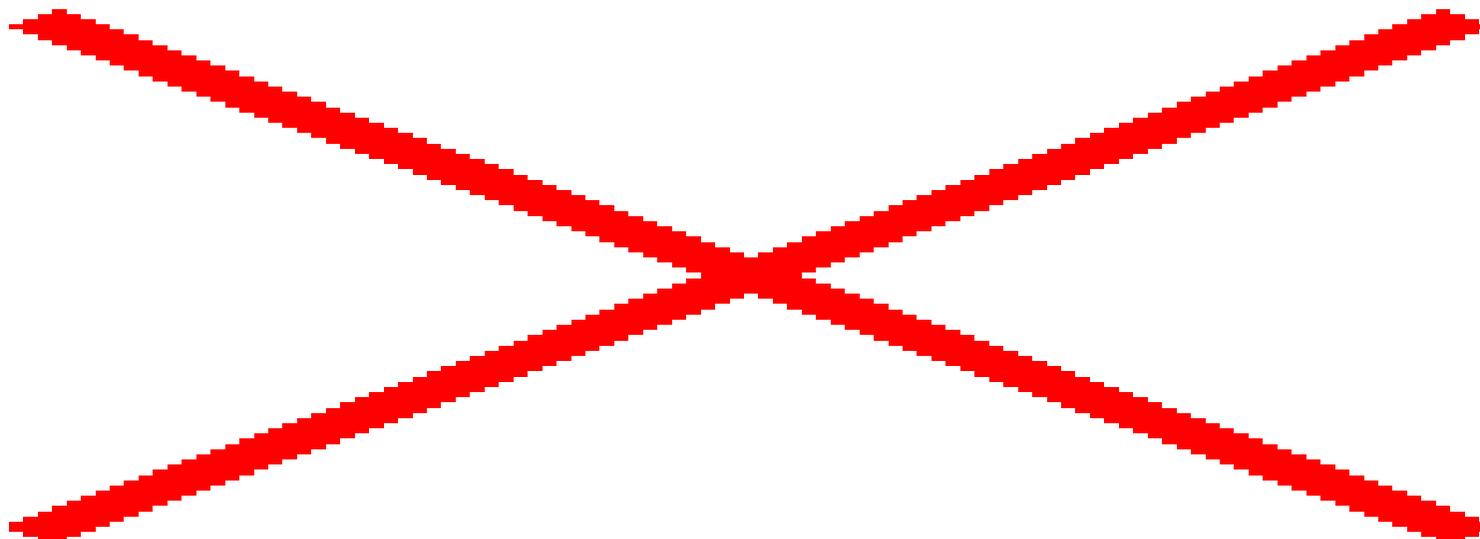
No quarto trimestre de 2021, o Instituto Federal Fluminense apresenta um déficit orçamentário de R\$ **452.176.112,57**, que corresponde à diferença entre total das receitas realizadas (R\$ 416.239,63) e o total das despesas empenhadas (R\$ 452.592.352,20).

Este resultado deficitário explica-se na metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário do período, em que considera como receitas arrecadadas no período, somente as Receitas Próprias do Instituto, excluindo destas, os recursos recebidos por transferências intragovernamentais. Os ingressos desses recursos estão evidenciados nos itens Transferências Financeiras Recebidas, na Demonstração de Fluxo de Caixa, no item Outros Ingressos das Operações e no Balanço Financeiro.

As Receitas Próprias arrecadadas pelo órgão no quarto trimestre de 2021 totalizam o valor de R\$ 416.239,63. Assim, considerando a diferença entre o total da previsão atualizada da receita (R\$ 414.710,00) e o total das receitas realizadas (R\$ 416.239,63), observa-se uma arrecadação de 100,37%, indicando um excesso de arrecadação das receitas, impulsionada pelo acréscimo na arrecadação nas Receitas de Agropecuária (144,43%) e Receita de Serviços (369,77%).

Observa-se na Tabela 22, um comparativo das Receitas Orçamentárias Arrecadadas em 2021 em relação a 2020. Em que verifica-se um decréscimo na arrecadação das Receitas Orçamentária de aproximadamente 1,74%, impulsionado pelo decréscimo na arrecadação das Receitas referentes a aluguéis (Exploração do Patrimônio do Estado), justificada pela supressão dos contratos de cessão de imóvel, especificamente, cantinas, pois permanece a ausência de atividades escolares nos campi do Instituto.

**Tabela 22 – Comparativo das Receitas arrecadadas 2021 X 2020**

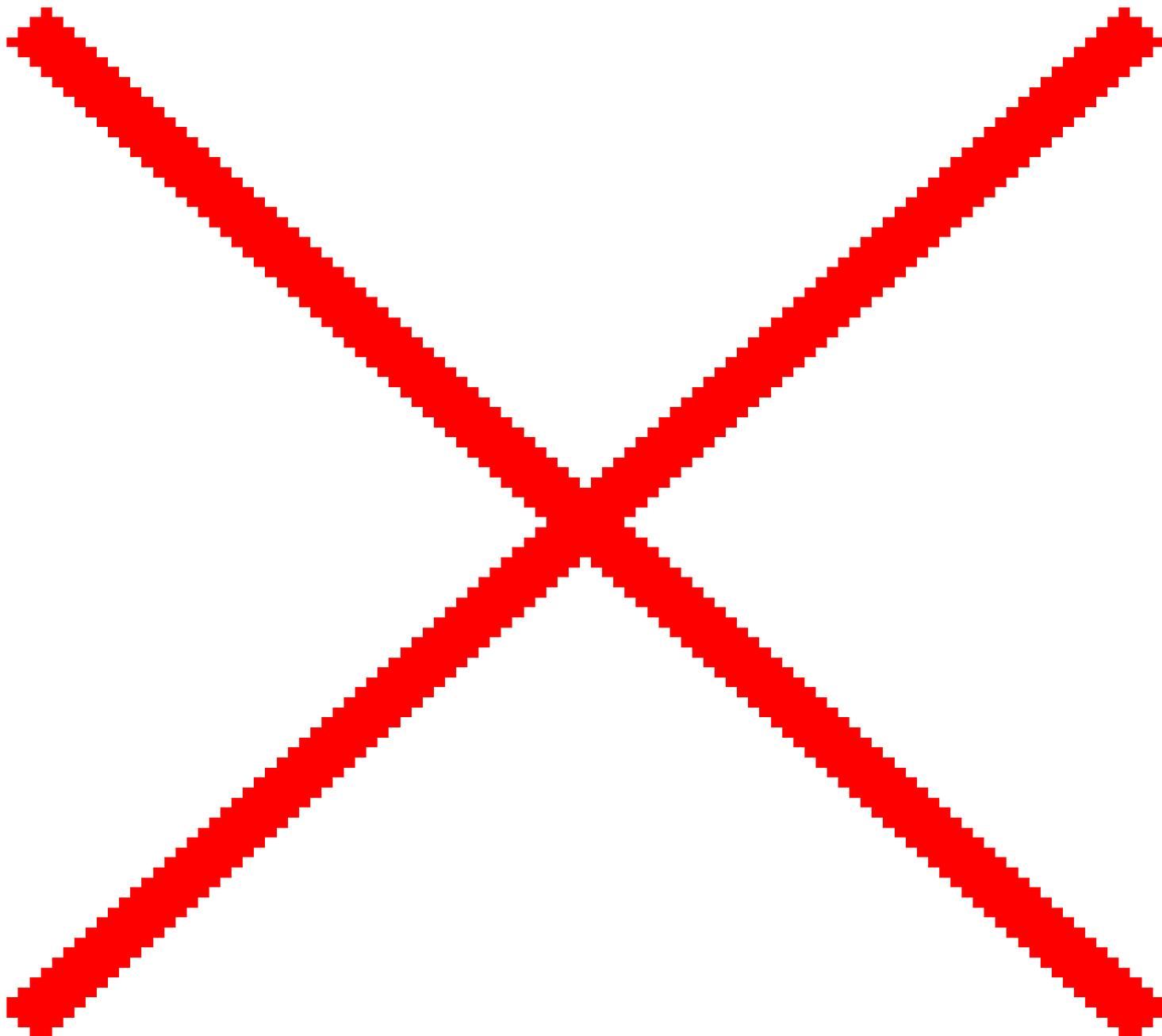


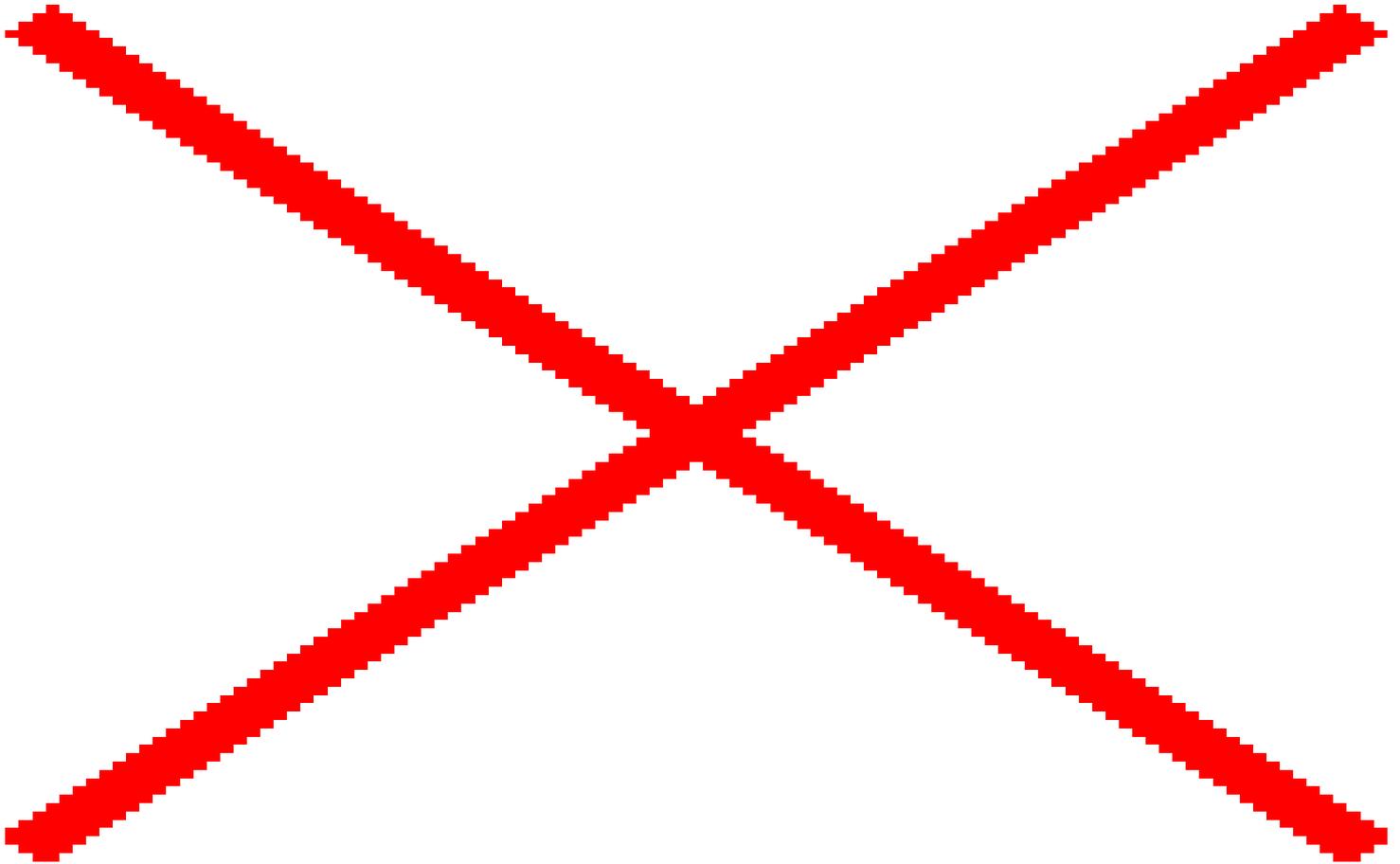
The table content is completely obscured by a large red 'X' mark, indicating that the data is either redacted or not available for the period shown.

## 18 – Execução das Despesas Orçamentárias

As Despesas Orçamentárias executadas, ou seja, empenhadas pelo órgão no quarto trimestre de 2021 totalizam o valor de R\$ 452.592.352,20, que correspondem a 92,40% das despesas atualizadas (R\$487.942.621,00). Destaca-se a Despesas com Pessoal que foram empenhadas (R\$376.662.916,83), aproximadamente 89,65% das despesas com Pessoal atualizada (R\$420.127.126,60), representando 83,22% do total das despesas atualizadas do Órgão.

**Tabela 23 – Execução das Despesas Orçamentária**





Na tabela 23, apresenta as despesas orçamentárias empenhadas em 2021 por Ação de Governo, em que se constata um aumento nas despesas empenhadas de aproximadamente, 1,83% em relação a despesas empenhadas em 2020. Este acréscimo teve como fator contributivo, um aumento das despesas empenhadas referente a Benefícios Obrigatórios a Servidores Civis (50,11%), Reestruturação e Modernização das Rede Federais (169,77%), Funcionamentos das Instituições Federais (27,88%) e outras.

## 19 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, os restos a pagar não processados se referem às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas até 31 de dezembro, enquanto as processadas dizem respeito às que foram empenhadas e liquidadas até esta data, mas que ainda não foram pagas.

No encerramento do exercício de 2020, o órgão havia inscrito em restos a pagar não processados (RPNP), considerando também os restos a pagar reinscritos, despesas na ordem de R\$ 28.413.910,82 (vinte e oito milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e dez reais e oitenta e dois centavos) apresentando assim um acréscimo de 4,49%, conforme demonstrado na tabela 24, abaixo.

**Tabela 24 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos**

<b>RPNP Inscritos e Reinscritos</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>% Evolução</b>
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	23.224.862,36	24.732.298,65	-6,09
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	5.189.048,46	2.459.395,26	110,98
<b>TOTAL</b>	<b>28.413.910,82</b>	<b>27.191.693,91</b>	<b>4,49</b>

Fonte: Siafi Web, 2020-2021.

## 20 - Execução Orçamentária RNPP – Por categoria Econômica e Grupo de Despesa

A tabela 25 demonstra a execução dos RPNP por categoria econômica da despesa no final do quarto trimestre de 2021. Verifica-se que foram executados/liquidados até 31/12/2021, 90,57 % do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPNP, no âmbito do órgão. As Despesas Correntes que se referem às despesas com manutenção administrativa, apresentaram a execução, 88,90%, e as Despesas de Capital<sup>1</sup>, 93,31% esta última, estão relacionadas em sua maioria a execução de obras e instalações em todo Instituto.

**Tabela 25: Execução de RPNP por categoria econômica**

**R\$ 1,00**

<b>RPNP por Categoria Econômica</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3) = (1) – (2)</b>	<b>(4)</b>	<b>(5) = (4) / (3)</b>
	<b>Total inscrições RPNP</b>	<b>CANCELADOS</b>	<b>Inscrições RPNP (-) Cancelados</b>	<b>LIQUIDADOS</b>	<b>% Liq/Insc</b>
DESpesas CORRENTES	17.903.285,24	2.471.597,35	15.431.687,89	13.718.795,32	88,90
DESpesas DE CAPITAL	10.510.625,58	1.110.908,88	9.399.716,70	8.770.898,42	93,31
<b>TOTAL</b>	<b>28.413.910,82</b>	<b>3.582.506,23</b>	<b>24.831.404,59</b>	<b>22.489.693,74</b>	<b>90,57</b>

A tabela 26 apresenta a composição dos RPNP executados por grupo de despesa no final do quarto trimestre de 2021. Das Despesas Correntes, o maior percentual de execução foi o do Pessoal e Encargos Sociais, com 100%, porém possui uma representatividade pouco significativa quando comparada ao total das despesas inscritas RPNP(1,96%).

**Tabela 26: Execução de RPNP por Grupo de Despesa**

**R\$ 1,00**

<sup>1</sup> As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>)

RPNP por Grupo de Despesa	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)-	(3)	(4) = (3) / (2)
	Total inscrições RPNP	CANCELADOS	Total RPNP (-) Canc (-) Bloqueados	LIQUIDADOS	% Liq/Insc
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
Pessoal e Encargos Sociais	5.585,06	1.937,90	3.647,16	3.647,16	100
Outras Despesas Correntes	17.897.700,18	2.469.959,45	15.959.213,25	13.715.148,16	85,94
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
Investimentos	10.510.625,58	1.110.908,88	9.399.716,70	8.770.898,42	93,31
Inversões Financeiras					
<b>TOTAL</b>	<b>28.413.910,82</b>	<b>3.582.506,23</b>	<b>24.831.404,59</b>	<b>22.489.693,74</b>	<b>90,57</b>

Fonte: Siafi Web, 2021.

A tabela 27 demonstra a execução dos RPP por categoria econômica da despesa no final do quarto trimestre de 2021. Verifica-se que foram pagos até 30/12/2021, 99,56% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPP, no âmbito do órgão. As Despesas Correntes que se referem às despesas com manutenção administrativa, apresentaram a execução, 98,28%, e as Despesas de Capital<sup>2</sup>, 97,31% esta última estão relacionadas em sua maioria a execução de obras e instalações em todo Instituto.

Tabela 27: Execução de RPP por categoria econômica

R\$ 1,00

RPNP por Categoria Econômica	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPP	CANCELADOS	Inscrições RPP (-) Cancelados	PAGOS	% Pag/Insc.
DESPESAS CORRENTES	34.510.874,78	3.771,13	34.429.828,91	33.841.048,07	98,28
DESPESAS DE CAPITAL	1.299.912,53	0,00	1.299.912,53	1.264.980,46	97,31
<b>TOTAL</b>	<b>35.241.963,43</b>	<b>3.417,85</b>	<b>35.238.545,58</b>	<b>35.106.028,53</b>	<b>99,62</b>

A tabela 28 apresenta a composição dos RPP executados por grupo de despesa no final do quarto trimestre de 2021. As Despesas com Pessoal possui o maior percentual de execução, com 100%, tratando-se das obrigações sobre folha de pagamento de dezembro de 2020, registradas no passivo em 31/12/2020 e pagas em janeiro de 2021.

Tabela 28: Execução de RPP por Grupo de Despesa

R\$ 1,00

RPNP por Grupo de Despesa	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPP	CANCELADOS	Total RPP (-) Canc	PAGOS	% Pag/Insc
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
Pessoal e Encargos Sociais	29.509.696,49		29.509.696,49	29.509.696,49	100
Outras Despesas Correntes	4.923.903,58	18.615,63	4.920.132,45	4.533.251,58	92,13
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					

<sup>2</sup> As Despesas de Capital compreendem aquelas “realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos”. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>)

Investimentos	1.299.912,53	629,78	1.299.282,75	1.264.980,46	97,31
Inversões Financeiras					
<b>TOTAL</b>	<b>35.733.512,60</b>	<b>19.245,41</b>	<b>35.695.021,78</b>	<b>35.307.928,53</b>	<b>98,17</b>

## 21 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro possui a finalidade de evidenciar receitas e despesas orçamentárias, ingressos e dispêndios extraorçamentários e, por fim, o saldo de caixa do exercício anterior, transferido para o exercício seguinte.

No quarto trimestre de 2021, o Instituto Federal Fluminense (Órgão 26434) apresentou um saldo de ingressos e dispêndios no seu Balanço Financeiro na ordem de R\$ 591.185.929,99, que corresponde a uma redução de aproximadamente 1,93% em relação ao mesmo período de 2020.

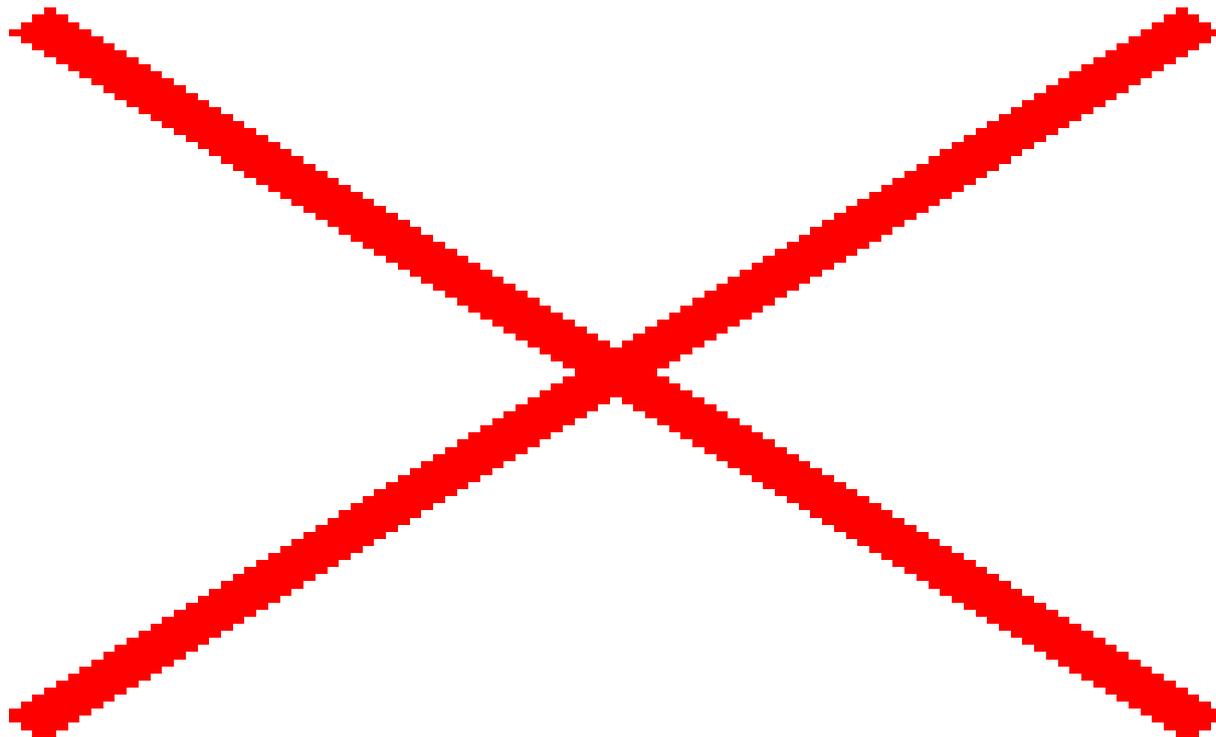
### Ingressos

Os Ingressos financeiros do Instituto correspondem as Receitas Orçamentárias arrecadadas, Transferências Financeiras Recebidas, os Recebimentos Extra-orçamentários e o saldo em Caixa e equivalente de Caixa do exercício anterior.

As receitas orçamentárias arrecadadas diretamente pelo órgão, denominadas “receitas próprias”, não levam em consideração as transferências financeiras recebidas da setorial financeira do MEC para execução de despesas orçamentárias, que são evidenciadas no balanço financeiro, no grupo “Transferências Financeiras Recebidas”.

Na tabela 29 evidencia as receitas orçamentárias arrecadadas em 2021 classificadas quanto a categoria econômica, fonte de recursos, origem da receita e espécie da receita:

**Tabela 29 – Receitas Orçamentárias – Composição R\$ 1,00**

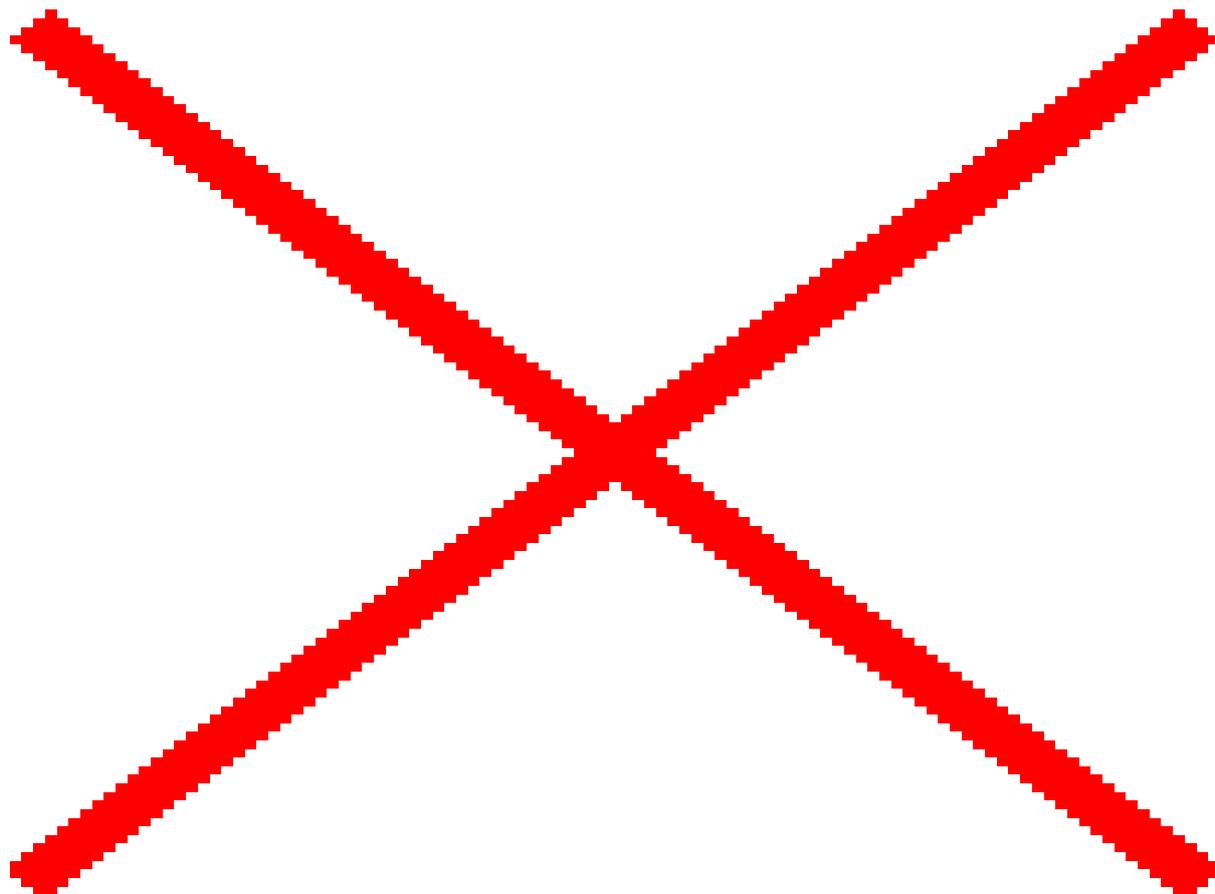


Fonte: Tesouro Gerencial 2021

No grupo de “Receitas Correntes” a arrecadação com maior representatividade são as “Receitas Agropecuárias”, correspondendo a 81,35% do total da Receita Orçamentária Líquida. Essas receitas, por sua vez, estão relacionadas principalmente com os ingressos financeiros oriundos de “Receitas Agropecuárias”, nos quais estão detalhados no Balanço Orçamentário no item “Receitas Correntes”.

Quanto as transferências financeiras recebidas refletem as movimentações entre Órgãos Federais da Administração direta ou indireta. A seguir, na tabela 30 detalha as transferências financeiras recebidas por fonte de recursos destinados para atendimento da execução orçamentária.

**Tabela 30 – Transferências Financeiras por fonte de recurso composição R\$ 1,00**



Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Os saldos de valores recebidos por transferências financeiras ao final do 4º trimestre de 2021 apresentam variação negativa de 1,39% e representam a principal entrada financeira, cerca de 83,23% do total de ingressos monetários do Órgão contabilizados.

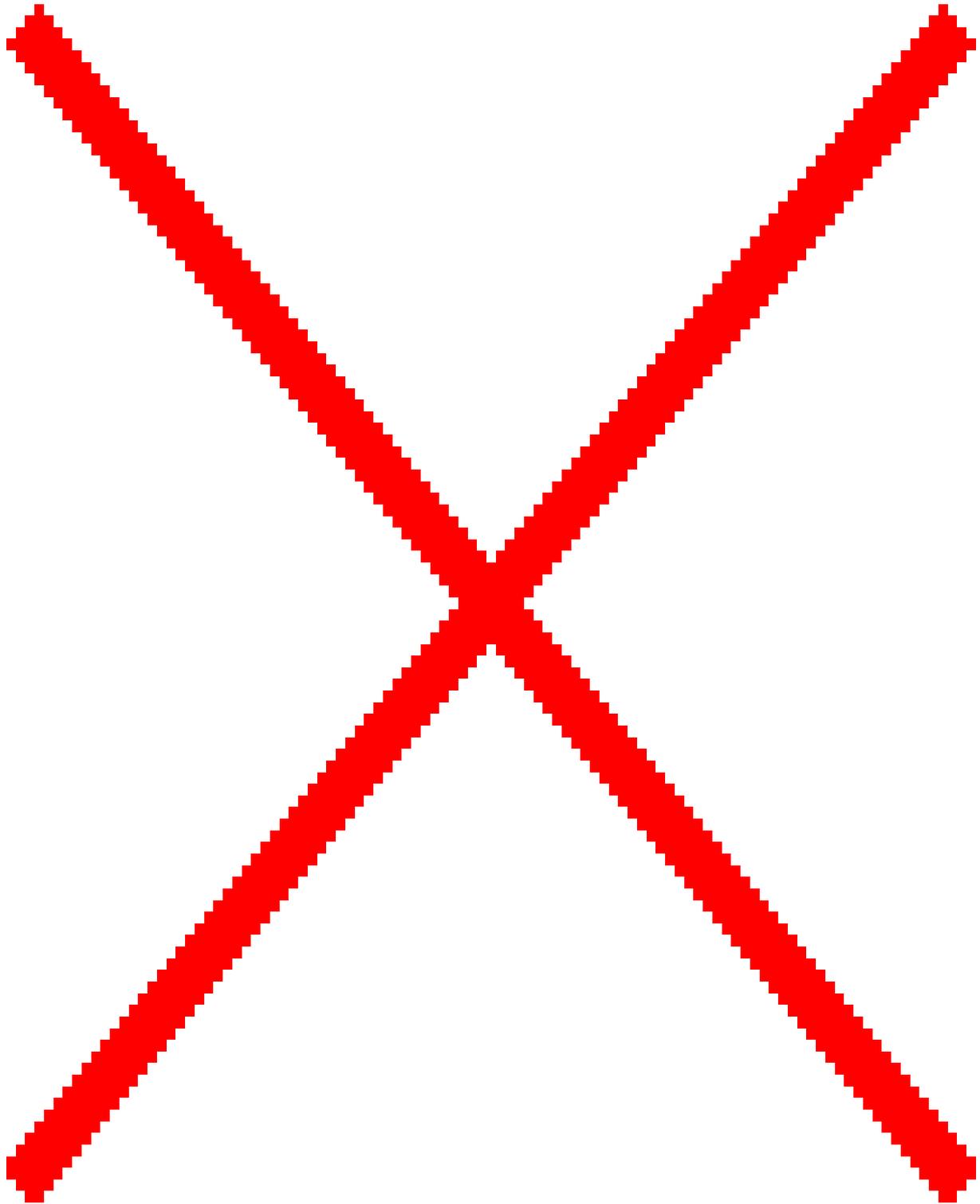
Já os recebimentos Extra orçamentários representa 11.02% do total de Ingressos Financeiros do Instituto e apresentaram um acréscimo de 11,77% quando comparado ao mesmo período de 2020, alavancado pelo aumento da Inscrição do Restos a Pagar.

A Inscrição de Restos a Pagar, item mais significativo dos Recebimentos Extra Orçamentários correspondem aos saldos em dezembro de 2021 dos créditos a liquidar inscritos em Restos a Pagar Não Processados, em Liquidação Não Processados e Créditos liquidados a pagar inscritos a Restos a Pagar Processados.

Na tabela 31 apresenta a Inscrição do Restos a Pagar por fonte de recursos detalhadas, em que observa-se um aumento de 16,48% na Inscrição de Restos a Pagar Não Processados (Creditos a liquidar e em liquidação) e a Inscrição dos Restos a Pagar Processados (Creditos liquidados a Pagar).

Destaca-se um acréscimo nas inscrições do Restos a Pagar em dezembro de 2021 oriundos de Recursos Primários de Livre Aplicação e nos Recursos Financeiros de Livre Aplicação.

**Tabela 31 – Inscrição de Restos a Pagar - composição R\$ 1,00**



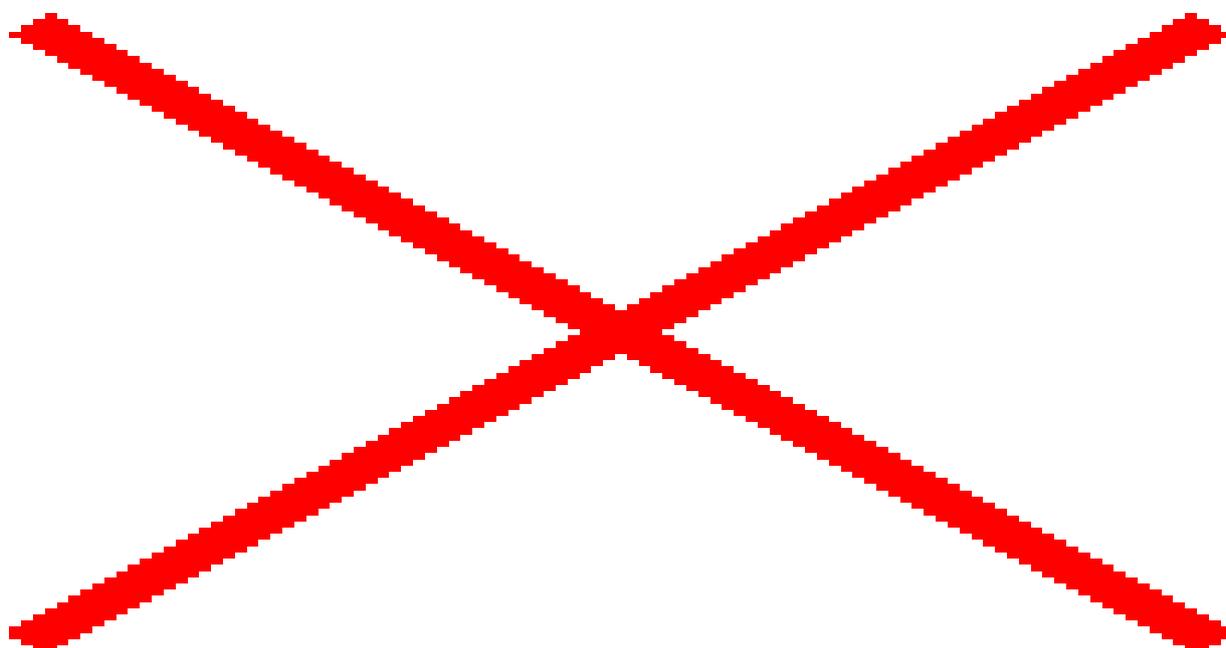
## Dispêndios

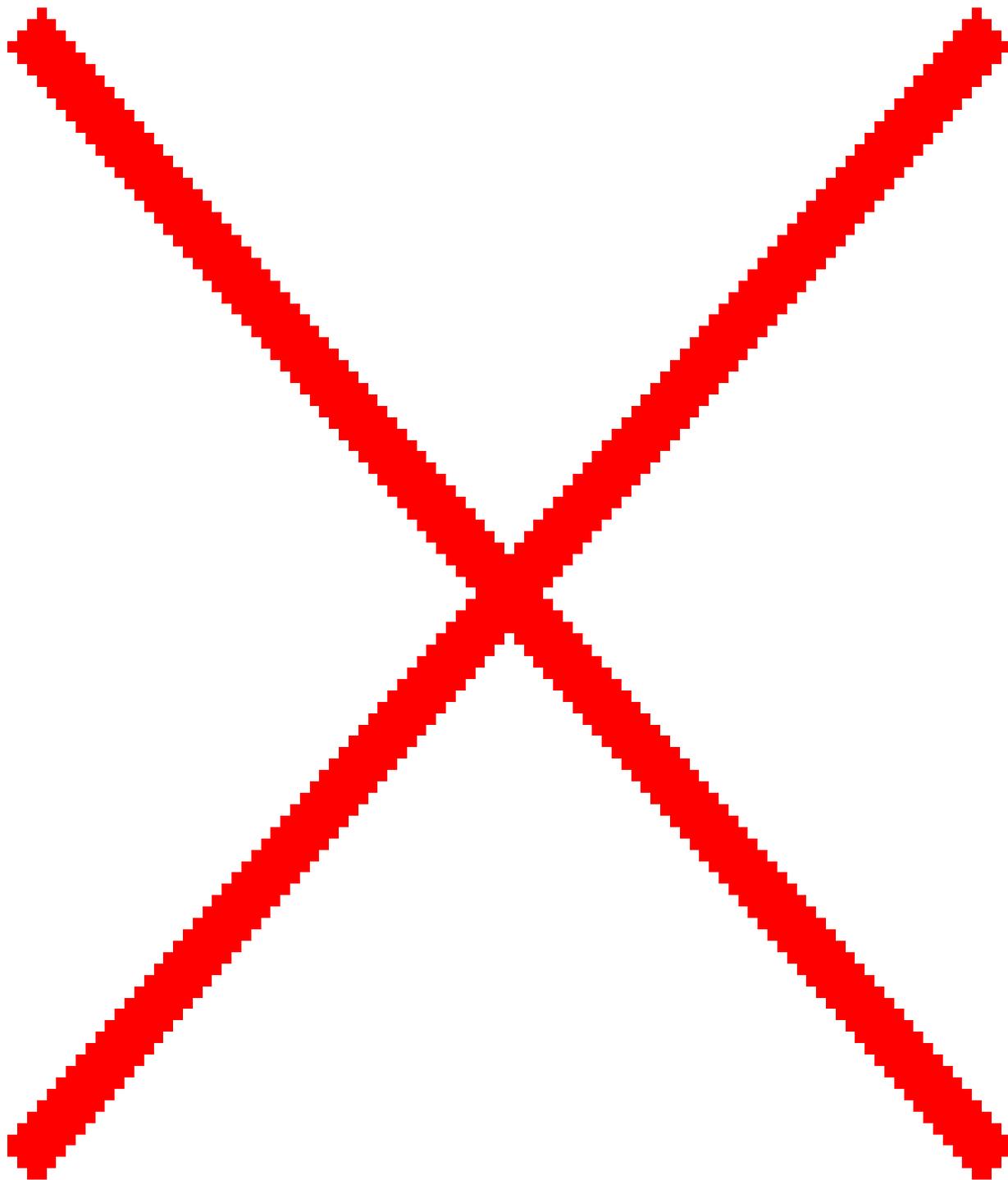
Os Dispêndios financeiros do Instituto correspondem as Despesas Orçamentárias, Transferências Financeiras Concedidas, os Pagamentos Extra-orçamentários e o saldo em Caixa e equivalente de Caixa para o exercício seguinte.

As Despesas Orçamentárias, correspondem as Despesas Orçamentárias Vinculadas e as Despesas Orçamentárias Ordinárias.

De acordo com a tabela 31, os desembolsos para as despesas orçamentárias apresentam acréscimo de 1,83%. Apresentando aumentos mais significativos nas Despesas direcionadas com Pessoal e Encargos Sociais e Equipamentos e Material Permanente.

### Tabela 31 - Despesas Orçamentárias





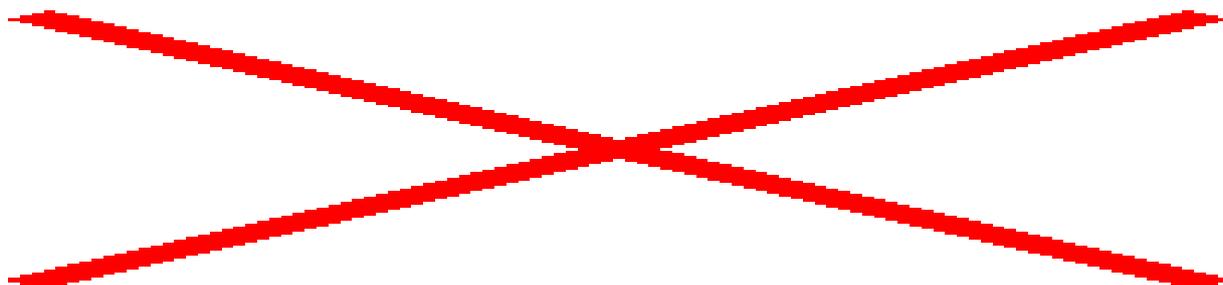
Fonte: Tesouro Gerencial 2021

Quanto as despesas empenhadas com recursos ordinários (livre de alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades) representam 84,67% do total dos dispêndios e apresentam um acréscimo de 19,02%. Já em relação às despesas orçamentárias vinculadas (cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem) houve um decréscimo de 43,37% e possuem 15,33% de representatividade em relação ao total dos dispêndios. Destaca-se a redução apresentada no Campus Cabo Frio nas Despesas Vinculadas em comparação ao

quarto trimestre de 2020 de 92,99% (R\$ 2.078.472,15). Tal redução deve-se ao fato de no exercício de 2021 o único recurso relativo a despesa vinculada foi o oriundo do FNDE para aquisição de gêneros alimentícios na educação no valor de R\$ 156.749,06, enquanto em 2020 houve outras despesas vinculadas além da oriundo do FNDE.

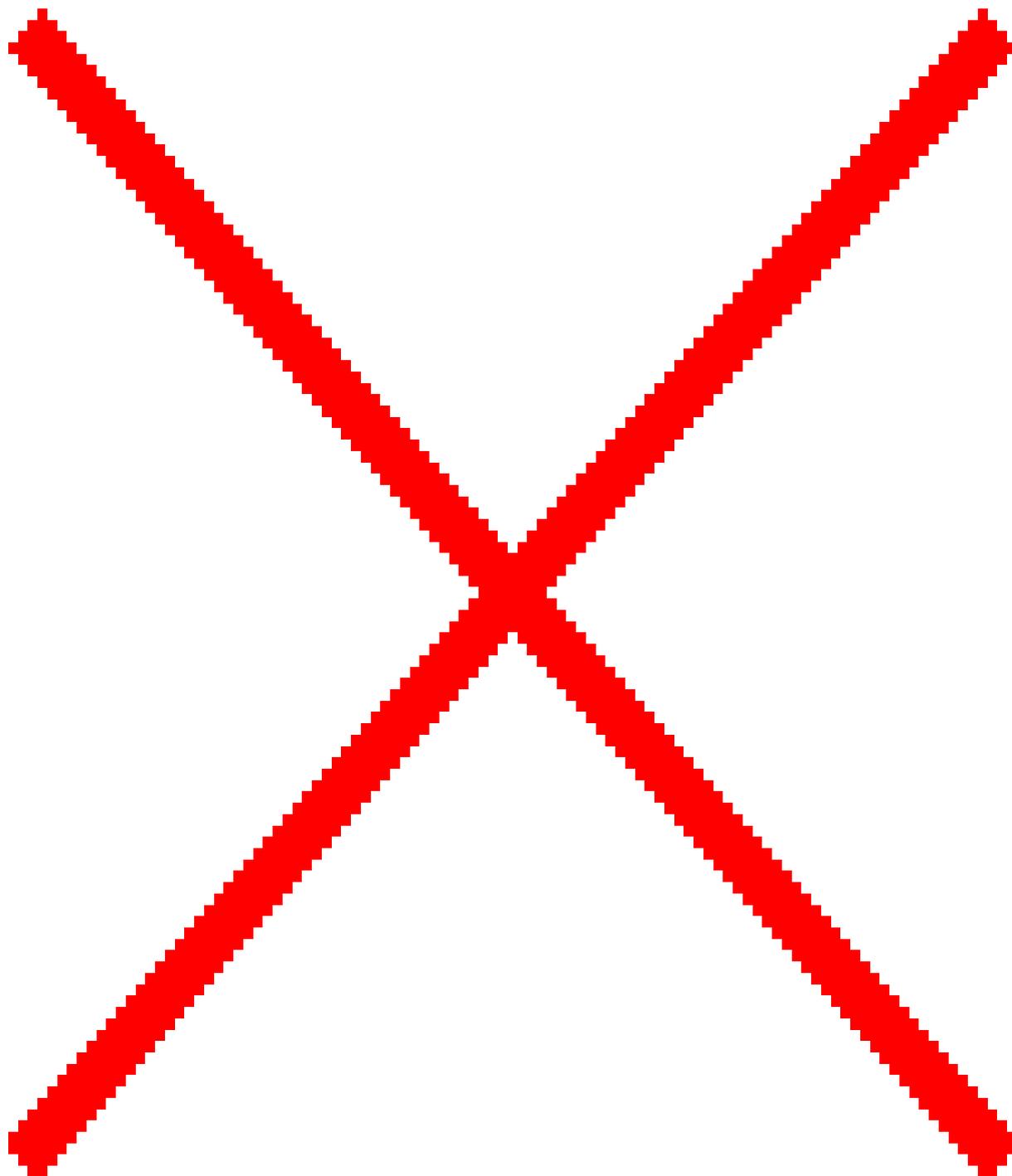
Nesse sentido, as Transferências Financeiras Concedidas do Instituto, disposta na tabela 32, observa-se uma redução de 13,08%, impulsionado pelo decréscimo no “Sub repasse Concedido” de 22,06%.

#### Tabela 32 - Transferências Financeiras Concedidas



Já os pagamentos extraorçamentários referem-se a pagamentos efetuados sem execução orçamentária, correspondendo aos Restos a pagar pagos, Depósitos restituíveis e outros pagamentos Extra-orçamentários. Este item representa aproximadamente 1% do total de dispêndios em 2021, tendo sofrido um acréscimo de 3,78% alavancado pelo aumento nos desembolsos do Restos a Pagar.

Na tabela 33 estão discriminados os Restos a Pagar Não Processados e Processados Pagos no quarto trimestre de 2021 em relação aos pagos no mesmo período de 2020. Os pagamentos de Restos a Pagar Processados aumentaram 1,82% e os Não Processados 7,25% em relação ao mesmo período de 2020.



### **Resultado Financeiro**

O saldo financeiro apresentado no balanço financeiro no quarto trimestre de 2021 desse Órgão foi de R\$ 40.708.262,06 e possui paridade com o saldo da conta Caixa e Equivalentes, item do Ativo Circulante no BP.

Vale destacar que o acréscimo nas Transferências Financeiras Recebidas (1,39%) com a redução nos pagamentos e inscrição de Restos a Pagar das Despesas Orçamentárias (1,74%) contribuíram para um resultado financeiro maior em aproximadamente 21,39% quando comparado ao mesmo período de 2020.

## 22 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

Quanto a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos e, em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao saldo financeiro apurado no BF (R\$ 40.708.262,06).

Nos Ingressos pertinentes a Investimentos, devido as suas atividades, o Instituto não apresentou ingressos de atividades de investimento.

Já os seus desembolsos efetuados para as Aquisições de Ativo Não Circulante, como bens móveis e obras e Instalações, apresentaram uma redução de 19,90% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Não foram registrados ingressos ou desembolsos nos Fluxos de Caixas das Atividades de Financiamento em 31/12/2021.

No quarto trimestre de 2021 foi registrada a geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (positiva) no valor de R\$ (7.173.345,16) que corresponde a um acréscimo de aproximadamente de 398,23% em relação ao mesmo período de 2020. Este aumento significativo teve como fatores contributivos o aumento nas saídas de recursos financeiros para Transferências Recebidas (1,39%) e reduções dos desembolsos direcionados as Transferências Financeiras Concedidas (13,08%) e aquisições de Equipamentos Permanentes e Obras e Instalações (19,90%).

**Tabela 32 - Fluxos de Caixa**

<b>Fluxos de Caixa</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AH</b>
Atividades Operacionais	17.578.052,19	10.584.212,54	66,08
Atividades de Investimentos	-10.407.707,03	-12.989.467,58	-19,89
Atividades de Financiamentos	-	-	-
<b>Total</b>	<b>7.173.345,16</b>	<b>-2.405.255,34</b>	<b>398,23</b>

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Relatório Contábil elaborado por:

Lilia Lourenço Ramos Rocha, Contadora do Campus Macaé, do Órgão e Responsável pela emissão das NE.

Equipe Técnica que contribuiu para elaboração da NE:

Dayana Silva Barreto de Almeida, Contadora do Campus Cabo Frio

Irenice Aparecida Nunes Deodato, Técnica em Contabilidade da Reitoria